



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 10/X-1º/2009-10

1 - Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Trafaria, sitas na Praceta dos Bombeiros Voluntários, na Trafaria, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----

3 - Período da Ordem do Dia.-----

3.1 - Constituição das Comissões Especializadas Permanentes.-----

3.2 - Designação de dez Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.-----

3.3 - Designação de quatro Cidadãos para integrarem a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada.-----

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de "Alteração do Regulamento dos Mercados Municipais".-----

3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal de "Documentos de Prestação de Contas referentes a 2009".-----

3.6.1 - "Relatório e Conta de Gerência de 2009 e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município".-----

3.6.2 - "Relatório e Conta de Gerência de 2009 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS".--

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Contratualização de um Empréstimo no Valor Máximo de 10 Milhões de Euros".-----

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Revisão Orçamental dos SMAS".--

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----

3 - Não se registaram faltas de Deputados Municipais à reunião.-----

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Alves Leal; Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira; Henrique Mesquita Pires.-----

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento:-----

4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:-----

- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 28 de Abril, (Ent. nº 935/X-1º), (**Conforme ANEXO I**).-----

- O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 28 de Abril, (Ent. nº 911/X-1º), (**Conforme ANEXO II**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 28 de Abril, (Ent. nº 920/X-1º), (**Conforme ANEXO III**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Elisabete Peres Pereira, com Ausência no dia 28 de Abril, (Ent. nº 926/X-1º), (**Conforme ANEXO IV**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 28 de Abril, (Ent. nº 921/X-1º), (**Conforme ANEXO V**).-----

- O Sr. Deputado Municipal Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, com Ausência no dia 28 de Abril, (Ent. nº 877/X-1º), (**Conforme ANEXO VI**).-----

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés e por impedimento do cidadão José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS VII e VIII**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês e por impedimento da cidadã Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS IX e X**).-

- O Candidato Exm.º Sr. Henrique Rosa Carreiras, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, do eleito Sr. Hélder de Jesus Dias Viegas, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XI**).-

- A Candidata Exm.ª Sr.ª Fernanda Maria Amaro Tavares, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, da eleita Sr.ª Elisabete Peres Pereira e por impedimento dos cidadãos Maria Amélia Nascimento Quaresma; Luís António de Matos Vicente; Margarida Santos Serafim e Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XII, XIII, XIV, XV e XVI**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. Carlos Alexandre de Melo Ohen, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, da eleita Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XVII**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Exm.º Sr. Sérgio Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XVIII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIX**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de Abril, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XX e XXI**).-----
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia do Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento da Presidente do Órgão Autárquico é substituída na Reunião da Assembleia Municipal pelo eleito na Junta de Freguesia, Sr. Brás Marcos Mira Borges, (**Conforme ANEXO XXII**).-----
- 4.4 - O Presidente informou do expediente entrado do nº 613/X-1º (24/Fev./2010) ao nº 919/X-1º (26/Abril/2010); enviado do nº 186/X-1º (24/Fev./2010) ao nº 343/X-1º (26/Abril/2010); dos e-mail enviados (23/Fev./2010 a 16/Abril/2010) e e-mail recebidos (19/Fev./2010 a 18/Abril/2010), informou das decisões através da Súmula N.º 05/X-1º/09-10 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); da Informação N.º 02/09-10 (Actividade dos Membros da Mesa - Período de 22/Fev./2010 a 25/Abril/2010); das Justificações de faltas dos Deputados Municipais Bruno Ramos Dias e José Augusto Tavares Oliveira à reunião plenária realizada no dia 26 de Abril de 2010, entradas nº 940 e 941/x-1º, respectivamente, que foram consideradas justificadas.-----
- 4.5 - O Presidente informou dos Requerimentos dos Deputados Municipais à Câmara Municipal bem como das respectivas respostas.-----
- 4.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----
- "Srs. Deputados Municipais;-----
- Dava-vos nota, informação também nos termos do nº 3, do artigo 38º, e nº 8 e 9, do artigo 16º relativamente aos requerimentos, é uma das obrigações que tenho do ponto de vista regimental Então dar-vos nota de todos os requerimentos até hoje recepcionados, entrou o Requerimento N.º 1 do BE - subscrito pela Sr.ª Deputada Municipal Ermelinda Toscano, no dia 19 de Novembro de 2009, estão lembrados que este era o requerimento que enviava para resposta outros quatro requerimentos que tinham sido apresentados no mandato anterior pela então Deputada Municipal Helena Oliveira, a Mesa considerou não admissível na medida em que se entrou em novo mandato pelo que o BE através da Sr.ª Deputada Ermelinda Toscano resolveu subscrever ela própria cada um dos requerimentos e volta-los a entregar. Foi assim que o segundo requerimento entrou em 18 de Novembro de 2009, sobre "Acumulação de Funções"; o nº 3 também do mesmo Grupo e da mesma Sr.ª Deputada sobre



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Reprodução de Documentos Sobre os Recursos Humanos", e o nº 4 sobre "Procedimento Concursal" e nº 5 também nos mesmos termos, sobre "Contratos a Termo Resolutivo".-----

Dar-vos nota que a Câmara respondeu em 5/1/2010 aos quatro requerimentos, dentro dos prazos, tendo em consideração que foi exercido o direito de prorrogação por quinze dias.-----

O requerimento nº 6 também do mesmo Grupo e subscrito também pela Sr.^a Deputada Ermelinda Toscano entrou no dia 26 de Fevereiro de 2010, sobre "Segurança Rodoviária", a resposta da Câmara deu entrada na Assembleia no dia 12 de Abril, também cumpriu os prazos considerando também a prorrogação. O requerimento nº 7 também da mesma Sr.^a Deputada e do mesmo Grupo Municipal sobre os apoios ao projecto "Memória de Cacilhas", teve também resposta no dia 12 de Abril de 2010, dentro dos prazos e com a prorrogação também de quinze dias. O Requerimento nº 8 entrou no dia 12 de Março, este embora do mesmo Grupo mas subscrito pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira sobre a "Loja do Cidadão", teve uma resposta no dia 26 de Março de 2010, dentro do prazo e houve depois novamente entrega de documentos sobre o mesmo assunto no dia 12 de Abril. Por isso tudo a decorrer nos termos legais e regimentais pelo que estamos bem."-----

4.6 - O Presidente apresentou à consideração da Assembleia as Minutas e Actas das Reuniões de 25 e 26 de Fevereiro de 2010 (Primeira e Segunda Reuniões da Sessão Ordinária de Fevereiro) e a Acta de 26 de Abril de 2010 da Sessão Extraordinária - Solene Comemorativa do 25 de Abril de 1974, que foram ratificadas e aprovadas por unanimidade, respectivamente.-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

5.1 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Aida Feiteira, moradora na Rua Pedro Pereira do Nascimento, nº 11 - Bairro Social - 2825-872 Almada.-----

5.1.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Aida Feiteira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sr.^a Presidente, eu venho aqui unicamente para lhe dizer, chega. Porque desde 1991 eu ando a sofrer com a Câmara Municipal de Almada. Deram-me uma casa, infelizmente por uma doença, que eu tinha, oncológica. Agora deram-me outra para substituição da primeira porque abateu. Só que eu queria pedir-lhe por favor, meta-me a água na minha casa, há três meses que eu estou a habitar aquela casa sem água, se não fosse a minha vizinha do lado eu não tinha água nem sequer para comer. Acho que é o mínimo que a Câmara pode fazer, é porem-me os tubos que estão completamente podres e que não deixa a água chegar dentro da casa. Já fiz várias reclamações, a Sr.^a Amélia Pardal sabe da minha situação, o Sr. Luís Avô foi a única pessoa que me tentou ajudar e que agradeço imenso, e a Sr.^a Amélia Pardal quando eu lhe pedi para ligarem para a Junta de Freguesia, disse-me que não tinha autorização da Sr.^a Presidente para falar com a Presidente da Junta de Freguesia. É só isso que eu peço. Por favor, tenha um bocadinho de consciência e resolva o meu problema, porque não é com duzentos e quarenta euros que eu tenho de reforma que eu posso pôr a canalização da água na minha casa."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José F. Duarte Jerónimo, morador na Rua de Tanger, nº 10 - 2805-051 Almada.-----

5.2.1 - O Exm.º Senhor Município José F. Duarte Jerónimo:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Objectivo da minha intervenção, é apelar a esta Assembleia, pelos motivos que irei expor, para que seja deliberado o seguinte:-----

a. Que o projecto do Centro Cívico e Terciário da Cova da Piedade, seja revisto à luz da Carta de Leipzig;-----

b. Que seja revogada a adjudicação, por ajuste directo, dos projectos de especialidades e arquitectura, do Centro Cívico e Terciário da Cova da Piedade;-----

c. Que seja público o Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Almada e o Grupo Pão de Açúcar;-----

d. Que seja público qual o valor total que se prevê suportar, pelos cofres do Município, com este projecto;-----

e. Que sejam eliminadas as restrições de circulação automóvel, na chamada zona pedonal, do eixo central de Almada.-----

Sobre o projecto do Centro Cívico e Terciário da Cova da Piedade-----

A cidade há muitos anos está carenciada de projectos de reabilitação ou regeneração do edificado existente, mas estes, que não deixam de ser anunciados, não se concretizam.-----

A prioridade é a ocupação de novos solos, com novas construções e a deslocalização dos serviços públicos para essas novas zonas.-----

Num Município que faz bandeira da sua boa saúde financeira, não se entendem estas opções.-----

E menos se aceita que, sendo esta situação financeira resultado da excessiva tributação em IMT e IMI, que atinge cerca de 40% do total das receitas (conforme Relatório do Ministério das Finanças), impostos estes pagos pelos munícipes, não seja esta receita aplicada correctamente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento sustentável da cidade.-----

Sobre esta matéria, recordo algumas palavras de Ermelinda Toscano, deputada municipal pelo Bloco de Esquerda, escritas em 2 de Novembro de 2009, no seu blog "Infinito's":-----

"Temos de verificar de que forma a Câmara Municipal de Almada gasta o dinheiro dos munícipes e se as opções tomadas estão, de facto, a cumprir o objectivo principal de contribuir para um maior equilíbrio social e para aumentar a qualidade de vida da população."-----

E a deputada conclui, dizendo:-----

"E aí sim, a Câmara Municipal de Almada pode até ser criticada, nomeadamente por investir muito pouco na reabilitação urbana (lembro, mais uma vez, a deliberação do executivo que, há mais de uma década, congelou a reconstrução nos centros urbanos consolidados) e ao longo dos anos sempre ter apostado no licenciamento de novas construções em detrimento da recuperação do edificado existente. Mesmo sem aumentar as taxas de IMI, este tipo de política seguida pela CDU em Almada tem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

contribuído para encher os cofres da autarquia... Todavia, o preço é demasiado elevado: uma periferia com autênticas selvas de betão, urbanizações que crescem como cogumelos, mas onde faltam os equipamentos sociais e a qualidade de vida da população deixa muito a desejar, isto já sem falar nas questões ambientais e nos espaços verdes que se vão reduzindo de forma drástica nalguns casos."-----
Estranhamente, a vereadora eleita pelo Bloco de Esquerda, no executivo municipal, não pensará da mesma maneira, ao viabilizar a aprovação do Plano e Orçamento para 2010, onde consta a construção duma nova centralidade, o Centro Cívico e Terciário da Cova da Piedade, que compreenderá mais um hotel, zona comercial e de escritórios, zona residencial, os Paços do Concelho, as Direcções Centrais da Câmara Municipal de Almada, a Biblioteca e a Assembleia Municipal, que irá esvaziar os cofres do Município, senão mesmo, obrigar ao seu endividamento, e ao mesmo tempo, dar início à invasão do Parque da Paz pelo betão, agravando a já problemática fluidez do trânsito, naquele local.-----
Ou seja, em vez de se aproximar o Parque da Paz da cidade, é o betão que avança; em vez de se canalizar os recursos para a reabilitação urbana, continua-se a política de abandono do edificado existente.-----

Esta obra foi apresentada pela Câmara Municipal de Almada à freguesia da Cova da Piedade, em Junho de 2008, como a resposta à Piedade velhinha, e como a forma como esta freguesia pode acompanhar a cidade futura.-----

A cidade futura, para o actual e anteriores executivos, é abandonar o que é velho e continuar a política de ocupação de solo disponível, com novas construções.-----

Há cerca de vinte anos, que os problemas de desenvolvimento das cidades estão a ser equacionados no âmbito da União Europeia.-----

Em Maio de 2007, finalmente, os Ministros do Ambiente e Ordenamento do Território, dos 27 países membros, subscreveram a Carta de Leipzig, que recomenda um modelo para o desenvolvimento harmonioso e sustentado das cidades.-----

Este modelo coloca o foco do planeamento urbano no centro das cidades, desaconselhando a criação de novas zonas residenciais ou de negócio e incentivando a modernização das zonas residenciais existentes e a recuperação de velhas zonas comerciais, numa estratégia integrada para atrair pessoas, actividades e investimentos de volta aos centros das cidades.-----

O que nos últimos anos tem sido feito em Almada, está em total contradição com este modelo.-----

Mas, surpreendentemente, na revisão em curso do Plano Director Municipal de Almada, é referido como documento enquadrador, a Carta de Leipzig..."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Américo Joaquim de Oliveira Ramalho, morador na Rua União Piedense, 78 - 2^o Dt^o - 2805-250 Almada.-----

5.3.1 - O Exm.^o Senhor Município Américo Joaquim de Oliveira Ramalho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui fazer uma pergunta à Câmara de Almada, como é que a Câmara de Almada inventa uma empresa que mais não faz que não é multar nem é regularizar o trânsito, é roubar? Eu digo roubar por



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aquilo que eu vi, chama-se ECALMA. Eu várias vezes presenciei que não respeitam idosos, não respeitam doentes, não respeitam ninguém, e basta ir ali junto ao SAP, antigamente nós íamos ao SAP, como não se podia deixar na curva, nós íamos estacionar o carro na Quinta da Alegria, alguém teve a invenção de arranjar lugar de moradores. Resumindo, os moradores saem de manhã para ir para o trabalho, deixam os lugares limpos, a pessoa que vai ao SAP com os velhotes, deixa o velhote à porta, vai arrumar o carrinho e quando lá chega tem o carro bloqueado. Isto passa-se aqui. Agora vão para as Barrocas, nas Barrocas foi giro, foi engraçado, cada um que entrava na Farmácia, estava lá a menina, era só o cliente entrar na Farmácia, aparecia logo o rapazinho e roda bloqueada.-----
Eu quando fui para o Arsenal, havia lá umas palavras que diziam: "Deus, Pátria e Família". Eu aprendi logo, Pátria não existe, família também não, família existia na altura, mas hoje passados vinte, trinta ou quarenta anos, estou a pensar, estas letras estão cá outra vez, têm é outro nome, é a ECALMA. Porque eu não sei quem é que vai encher a barriga com aquilo, porque a multa é tanta que eu não sei bem para que é que serve uma empresa daquelas. É isso que fica em dúvida e gostava que a Câmara Municipal de Almada me dissesse uma palavra."-----

5.4 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Ana Paula A. A. Santos Fonseca, moradora na Rua Duarte Pacheco Pereira, nº 68 - 2825-428 Costa da Caparica.-----

5.4.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Ana Paula A. A. Santos Fonseca:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu hoje tive uma conversa com pessoas de Santo António que normalmente não são muito representadas nestas Assembleias, porque se está a criar um "Casal Ventoso" (com o devido respeito pelo Casal Ventoso que já não existe) em Santo António, parece que isso já foi comunicado à Presidência da Junta, à Polícia também, mas há uma casa que foi doado à "Voz do Operário" que não está emparedada, está aberta, está suficientemente perto, demasiadamente perto da Escola Secundária e parece que tem havido bastos casos que de resto já foram levados a Tribunal de desvios de menores para essa casa, com o objectivo de consumo. Eu julgo que é razão mais do que suficiente para que a Câmara, a Junta, a Polícia, todas essas forças se unam para que aquilo seja fechado ou reconstruído, ou utilizado. Na placa que está na casa, diz salvo erro, colónia de férias e lazer da Voz do Operário. A quem de direito eu acho que deve ser actuado. Como eu digo está demasiadamente perto de escolas Secundárias e é frequentado pelas pessoas que nós víamos no Casal Ventoso, na Meia Laranja, julgo que todos vimos."-----

Segundo, falei com vários surfistas, eu moro em Santo António e sempre morei, ou quase sempre. Houve dois reparos dos surfistas, deixo à consideração de quem de direito também, se isto é verdade ou mentira, é que parece que as instalações que foram feitas pelo Polis não servem os surfistas, não são adequadas. Eu tenho sérias reservas, não sei exactamente o âmbito desta afirmação. Mas a segunda coisa que eu sei, que ele disse é que o Surf, Windsurf, o Kit surf, faz-se todo o ano ou devia fazer-se todo o ano ou devia fazer-se todo o anos na Costa, como eu defendi durante as eleições no partido que apoiei, como pude.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Costa devia ser um paraíso para essas actividades que não são de pé descalço, são actividades que deixam dinheiro, e não é. E tanto que não é, que esse surfista hoje dizia-me, as praias do Sul estão completamente sujas, nojentas porque as marés vivas trouxeram plásticos, trouxeram todo aquele lixo que nós humanos deitamos para lá e realmente parece que a menos que a Lei tenha sido mudada a época de veraneio começa em Junho, mas é para as pessoas que vêm de Lisboa, porque para as pessoas da Costa, para os surfistas não começa em Junho, é todo o ano. Exactamente por ser todo o ano há aqui um terceiro problema que é, eu que moro em Santo António quando vou de Inverno à praia e como sou cumpridora tenho que pôr as moedas na máquina da ECALMA. Isso irrita-me, irrita-me. Porque se eu fosse residente em Almada tinha espaço reservado para residentes, como moro na Costa e até tenho uma vivenda que tem estacionamento lá dentro, eu vou à praia e tenho que ir pôr as moedas na ECALMA. E mais, os surfistas que é quem alimenta o comércio ali, alimenta muitas lojas na Freguesia da Costa, muitas e muitas, salvam muitos banhistas porque não há nadadores salvadores nas praias de Santo António e são eles que salvam as pessoas, esse surfista dizia-me assim, nós estamos no banho e temos que ter relógios para ver quando é que temos que ir pôr dinheiro na maquina. Isto é inacreditável. Acho que a Câmara tem que arranjar soluções para isto. Eu já falei, já reclamei, Santo António para quem conhece (e vocês já perceberam que Santo António é o meu torrão), Santo António para quem vem de camioneta que é junto ao cemitério. Essa via desde o cemitério até à Rua Manuel Toucinho está às escuras, continua às escuras, não tem segurança e passam lá centenas de pessoas, crianças que vêm para as escolas, isso foi resolvido. Eu já falei nisso, se não foi neste Assembleia, numa reunião de Junta, não era com ninguém, era com a EDP, era com a Junta, era com a Câmara, era com não sei quem. Perco-me no meio desses meandros, não me cumpre, só me cumpre vir aqui dizer que aquilo continua às escuras.-----

O Polis como sabem, como todos sabemos está pela hora da amargura, ninguém sabe quem é que manda naquilo, quem é que fiscaliza, numa reunião na Casa da Cerca antes das eleições um membro da Câmara Municipal disse que aquilo ia ser fiscalizado que tinha que ser fiscalizado, mas o que é certo é que não está a ser fiscalizado."-----

5.5 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Beatriz Ferreira, moradora na Praceta Gama Barros, nº 5 - 2820-274 Charneca da Caparica.-----

5.5.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Beatriz Ferreira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Boa noite a todos.-----

O meu nome é Beatriz Ferreira e estou aqui em representação do movimentos de cidadãos "Queremos Acabar com a ECALMA".-----

É uma plataforma que pretende reunir os almadenses que se sentem injustiçados, que se sentem condicionados no seu dia-a-dia por este organismo norteado por um espírito de caça à multa, mesmo quando não estão criadas alternativas viáveis de estacionamento.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta perseguição que é feita aos cidadãos automobilizados dificulta o seu dia-a-dia e são essas dificuldades que este movimento pretende ver resolvidas com a abolição da ECALMA.-----

Os problemas sentidos foram sendo partilhados nas redes sociais que contam neste momento com mil e cem pessoas inscritas.-----

Os principais problemas sentidos foram:-----

A falta de sinalização ou má colocação de sinais nas zonas onde é proibido estacionar ou onde se tem de pagar parquímetro. A falta de consideração pelos trabalhadores.-----

A falta de formação técnica dos funcionários da ECALMA para responder às questões dos cidadãos (circulação de trânsito ou sinalização).-----

Dificuldade que sentem em reclamar uma multa por ser um processo demorado, que obriga a perder muito tempo e envolvem muita carga burocrática desnecessária.-----

A discriminação de algumas empresas a quem não são passadas multas apesar de cometerem irregularidades atrás de irregularidades. A falta de estacionamento de qualidade na Costa da Caparica, por muitos visitada, onde a ECALMA começou a multar.-----

Os horários de funcionamento demasiado alargados. Estas são algumas das queixas que temos vindo a receber.-----

Termino divulgando a petição online a circular que é um prolongamento deste movimento (quase 900 assinaturas). A nossa presença nas redes sociais - no Facebook, no Grupo Queremos Acabar com a ECALMA.-----

E o e-mail almadasemecalma@gmail.com para onde podem continuar a enviar as suas queixas.-----

Apelo à Câmara Municipal que nos oiça. Nós não estamos contra a Câmara. Mas sentimos que esta Câmara legitimada através do voto do povo, está contra os almadenses."-----

5.6 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Múncipe Maria Glória Pedroso, moradora na Rua Jaime Artur da Costa Pinto, nº 26 - 2º - 2825-856 Trafaria.-----

5.6.1 - A Exm.^a Senhora Múncipe Maria Glória Pedroso:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente, o que me traz aqui é um assunto que me preocupa há muitos anos, isto refere-se ao Programa RECRUA. Eu em tempos candidatei-me ao Programa RECRUA, portanto eu ando de volta da Câmara Municipal de Almada, subentende-se, claro, desde 2007. Um bocadinho antes, porque o meu pedido de apoio ao Programa RECRUA, deu entrada na Câmara Municipal de Almada no dia 6 de Março de 2007. Eu não me quero enganar, mas penso que ando de volta da Câmara desde 2004 ou 2005. Não tenho bem a certeza, já me perdi no tempo. Os papéis são tantos e o dossier é tão grande que já me perdi. O que eu venho aqui pedir, Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada é tão simples quanto isto, eu habito na Trafaria há trinta e um anos, o imóvel onde eu habito está degradado, eu neste momento ainda não sou proprietária do imóvel, sou responsável por tudo aquilo que acontece, desde o cair de textos, paredes, colunas sei lá. Eu apelo muito à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada, eu tenho o número do meu registo na Câmara, que por favor, eu tenho tido "n" reuniões Sr.^a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Presidente no Departamento de Obras Municipais e Habitação em Almada, com vários Arquitectos, com várias pessoas que me têm recebido muito bem por sinal, só que não passa do muito bem. Eu preciso da obra concretizada Sr.^a Presidente, não tenho dinheiro, sou franca não tenho dinheiro, daí eu recorrer a este programa. Eu sei que vou ter que pagar, tanto eu como a inquilina que habita no imóvel. Mas eu pago Sr.^a Presidente, eu quero é que a Câmara me desbloqueie a situação e não só, o que me estão a pedir Sr.^a Presidente, depois de uma reunião última que tive, salvo erro em Fevereiro deste ano já, muito recente, com o Sr. Arquitecto Janeiro, a Sr.^a Dona Célia Lucas pedem-me um documento do IRS do ano passado 2009. Sr.^a Presidente eu não posso entregar esse documento, eu não sou proprietária, estou responsável, eu tenho três posições neste momento: inquilina, herdeira, cabeça de casal, já não sei o que é que hei-de dizer mais, eu não vou entregar documentos ilegais, porque eu posso ir presa correcto? Portanto, peço muito Sr.^a Presidente à pessoa responsável pelo Pelouro do Urbanismo que registre, que veja este meu pedido. Eu tenho aqui o número de registo, eu posso fornecer todos os elementos à Câmara Municipal, à pessoa em questão do Pelouro, mas por favor resolva-me a situação, falem comigo, eu já não sei o que hei-de fazer. As reuniões têm sido tantas com a Câmara Municipal de Almada que eu já não sei o que hei-de fazer Sr.^a Presidente. Eu tenho tudo a cair. Por minha iniciativa, mais acrescento Sr.^a Presidente isto é verídico podem ir ao local ver, podem mandar lá os fiscais verem, eu tive que mandar fazer pequenas obras de reparação no local onde habito, porque eu tenho as varandas a cair, os tetos a caírem, eu imploro aqui muito à Sr.^a Presidente que veja o que é que pode fazer comigo. Os meus dinheiros não são muitos e vou fazendo o que posso. As habitações de oito em oito anos têm que ser vistas. Sr.^a Presidente a mim já passou mais do que oito anos. Neste momento estou a fazer o que posso, por minha conta e risco, mas sinceramente esgota-se os dinheiros eu não posso fazer mais Sr.^a Presidente. É o apelo que lhe deixo à Sr.^a ao seu executivo e à pessoa responsável do Pelouro do Urbanismo. E já agora vou deixar aqui uns pequenos alertas sobre as coisas na Trafaria.-----

Sr.^a Presidente, temos os sanitários públicos (peço desculpa do termo) é uma vergonha. Tem um Edital que diz o horário, ao menos que pintem aquele edital que não está a funcionar, está fechado. Temos um contentor da CDU na Rua Jaime Artur da Costa Pinto que está degradadíssimo, é só bichos, é só ratos, Sr.^a Presidente se aquilo não está a ser usado por favor tomem providências, eu moro naquela Rua é uma autêntica vergonha."-----

5.7 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Paulo E. da Conceição Marques, morador na Rua do Juncal, Casa Nº 1 - A - 2825-352 Costa da Caparica.-----

5.7.1 - O Exm.^o Senhor Município Paulo E. da Conceição Marques:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O que me traz aqui hoje é pedir em meu nome e em nome de diversas pessoas à Sr.^a Presidente que agende uma reunião onde possamos discutir o nosso direito ao trabalho. Senão vejamos, desde 1982 que cerca de oitenta pessoas de etnia cigana e não só, vendiam no Largo Vasco da Gama próximo da praia. Como V. Ex.^a sabe, em Setembro de 2008, a Sociedade CostaPolis da qual V. Ex.^a faz parte,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

removeu aquele local tirando-nos dali, com a promessa de alguém (abstracta) que nos iriam arranjar outro local de trabalho dentro da Costa. E porque desde então, mesmo falando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica ainda nada foi feito a não ser que falássemos com alguém de direito na Câmara de Almada. Independentemente do nossos esforços junto da Câmara, junto da Junta de Freguesia da Costa, hoje tenho a oportunidade de estar junto de V. Ex.^a para poder solicitar um local de trabalho igual àquele onde nós trabalhávamos. Nesta sequência encaminharemos os nossos caminhos no sentido de sensibilizar V. Ex.^a a que se debruce sobre o assunto a fim de resolver o nosso desespero, problema de andar constantemente a fugir à GNR à volta de uma Praça para podermos dar o nosso sustento aos nossos filhos. Por este motivo estamos aqui solicitando a Vossa Ex.^a um local onde possamos sobreviver honestamente. Daí o pedido de agendamento de uma reunião com V. Ex.^a. A Costa eu não sei, eu ando ali à volta a fugir à GNR para poder sustentar os meus filhos, vem o povo da Costa, diversas pessoas todos os anos vinham à Costa perguntam-me pela feira, o turismo igual, os estrangeiros perguntam-me onde é que está a feira? As pessoas vão para a praia, precisam de comprar algo para se entreterem na praia, onde é que está a feira? O pequeno comércio, as pequenas lojas perderam de vender, perderam também o comércio deles, a feira chamava muita gente à Costa e dar-nos trabalho à gente também que andamos aí a precisar. Por favor, agende uma reunião para tratarmos desse assunto."-----

5.8 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Jorge Martins, morador na Rua 5 de Outubro, nº 28 - 2º Esq. - 2825-848 Trafaria.-----

5.8.1 - O Exm.^o Senhor Município Jorge Martins:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Um apelo ao Sr. Presidente da Assembleia, que publicite mais as Assembleias, porque a maior parte da população da Trafaria não sabe que esta Assembleia se está a realizar. Não está afixado em local absolutamente nenhum. Nem na montra da Junta de Freguesia da Trafaria.-----
Por outro lado, eu venho aqui propositadamente para lembrar a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, já se passaram seis meses sobre uma promessa que foi feita e publicitada no Jornal "Notícias de Almada", uma promessa feita sobre os transportes de Pêra.-----
Em Pêra uma solução encontrada pelo Executivo da Câmara Municipal de Almada, por proposta do Sr. Vereador António Matos, foi bem acolhida, estamos todos muito satisfeitos, mas infelizmente não concretizada. Ora naturalmente há uma pergunta que se põe, como sabe nós cidadãos não temos maneira, nenhuma hipótese de ter contacto com o protocolo que foi celebrado com quem vai fazer este serviço, e é uma instituição de doentes mentais. Naturalmente que a minha pergunta tem cabimento, quando lhe pergunto se realmente este é o processo de facto correcto, e se este processo é provisório ou de facto definitivo. É importante para a população de Pêra e da Trafaria saber exactamente o que é que vai acontecer, hoje sabemos, vai acontecer com certeza um meio de transporte, amanhã não sabemos como é que vai funcionar de facto, e se satisfaz toda a gente. Depois no futuro não sabemos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se, se vai manter. Portanto, é muito importante termos respostas para sabermos exactamente como é que havemos depois pedir responsabilidades a quem as tem, como é evidente."-----

5.9 - Usou da palavra a Exm.^a Senhora Munícipe Laurete Lopes Arsénio dos Reis, moradora na Rua Capitão Salgueiro Maia, nº 7 - Casalinho São Luís - Pêra de Baixo - 2825-837 Trafaria.-----

5.9.1 - A Exm.^a Senhora Munícipe Laurete Lopes Arsénio dos Reis:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A questão que me traz aqui é a seguinte, eu sou residente em Pêra, eu pertenci à Associação de Pêra há muitos anos e venho debatendo este problema dos transportes de que falou este senhor.-----

O critério, até ouço as pessoas dizer assim, a Sr.^a Presidente andou aqui em campanha e a Sr.^a Presidente prometeu os transportes até veio no jornal, e até hoje não vimos nada. Dona Laurete nós estamos revoltados e nós precisamos disto, porque há aqui pessoas de idade, há pessoas a irem para as escolas, as crianças e nós precisávamos realmente disso. Um dia deste tendo sido abordada por várias pessoas, eu telefonei para a Câmara e eu perguntei, será que eu posso ir aí ter com a Sr.^a Presidente para lhe fazer chegar ao conhecimento o que as pessoas dizem? Resposta concreta, não a Sr.^a não pode vir ter com a Sr.^a Presidente, então eu perguntei, na Câmara antigamente havia um dia em que se atendia a pessoa, agora esse dia terminou. Então as pessoas já me têm dito assim eu sou sinceramente verdadeira, Laurete isto já aos anos que isto para, isto só dava fazendo aqui algumas assinaturas, ou chamando aqui alguém responsável da televisão para fazer um acordo entre as pessoas para se ouvir. Isto é o que as pessoas me dizem. E eu respondo, vamos concretamente esperando e vou tentando ver se consigo falar com a Sr.^a Presidente. Sr.^a Presidente, eu digo-lhe sinceramente, eu sou doente, tenho um pacemaker no coração, estou de idade, mas ainda hoje se houvesse ali um transporte eu ia como voluntária às instituições hospitalares, porque eu tenho vários cursos e gostava de ir mesmo, mas eu tenho que andar quase dois quilómetros a pé, e quando chegou às paragens da camioneta, eu vou cansada. E quantas vezes eu penso para mim, tanto que eu poderia fazer, dar auxílio ao próximo. Vejo-me mesmo muito desmoralizada com isto Sr.^a Presidente. Peço novamente, pedindo imensa desculpa, que se lembre um bocadinho da gente, que nos ajude. Também queria dizer à Sr.^a Presidente que antes de eu falar com a Sr.^a em Almada tinha dirigido uma carta à Transportadora Sul do Tejo e a resposta da Transportadora Sul do Tejo educadamente, e a resposta foi esta, caríssima senhora, não podemos atribuir ao pedido que nos fez porque temos estradas que não estão em condições. Então nós não temos estradas em condições e passam lá carros dos colégios grandes, Sr.^a Presidente? Então que desculpa é que eles dão? É este o critério que me levou a trazer aqui esta noite para a Sr.^a Presidente estar alerta no que é a Rodoviária também para o povo. Peço imensa desculpa Sr.^a Presidente, nós somos o povo de Pêra, não está cá muita gente, estou apenas eu, Sr.^a Presidente há ali pessoas de idade, há crianças. Sr.^a Presidente eu peço imensa desculpa com a minha educação, que esteja ao meu lado a ao lado daquele povo. Sr.^a Presidente eu sou pobre, mas sou honesta, humana e com a minha contribuição contribuirei naquilo que eu possa. Eu faço o apelo à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr.^a Presidente novamente e peço desculpa da minha intuição de falar, mas acho que tenho cultura ao nível de me explicar."-----

5.10 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Município Florentino M. M. Alves, morador na Rua da Falésia ao Foni, nº 13 - A - 2820-012 Charneca de Caparica.-----

5.10.1 - O Exm.^o Senhor Município Florentino M. M. Alves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^a Presidente da Câmara, eu lamento ter que vir aqui mais uma vez, já o faço desde 2006 e não me cansarei de o fazer até que possa e até que o assunto esteja resolvido, que eu lhe vou apresentar. O celebre caminho público, são cerca de cento e cinquenta a duzentos metros quadrados, lá junto ao Foni. Está lá o muro e continuamos à espera como a Sr.^a Presidente me disse aqui numa Assembleia, que estava à espera de resposta do Instituto Geográfico Cadastral. Quero dizer à Sr.^a Presidente que calmamente porque estou reformado, desloquei-me ao Instituto Geográfico e Cadastral e não havia lá nenhum ofício da Câmara Municipal de Almada para responder.-----

Segundo ponto, gostaria que olhasse com atenção para as passadeiras horizontais na Charneca de Caparica, devem lá ir colocar em cima do asfalto tinta de água, sou eu que digo ironicamente, passado meia dúzia de dias elas deixam de existir. Junto à Igreja é sintomático o que lá está. A Rua 25 de Abril entre a rotunda da Amália Rodrigues e a Rua da Eira, é uma vergonha, também o digo, não é culpa da Câmara. Mas também não é minha que sou município, sou freguês e pago os meus impostos. Existe uma moradia lá ou uma vivenda que tem um furo e o furo de noite puxa água e quando puxa água também a deita para a Rua. E aquela água está canalizada até determinada altura e depois passa directamente para cima do asfalto. E depois temos lá de vez em quando os serviços camarários a tapar os buracos. Eu quero-lhe dizer que em 1967, 68 e 69 quando estive em serviço militar em Moçambique eu tinha picadas com melhor piso do que o piso que está naquela parte da Rua 25 de Abril.-----

Relativamente às obras de saneamento que lá estão a ser feitas, depois do Casal do Poço ao lado da Quinta da Mafalda e até quase à NATO. As obras são importantes, são bem vindas, mas há muita coisa que tem que ser recomendada ao empreiteiro. Vive muita gente ali, e o empreiteiro não tem cuidado. Fecha as duas ruas que dão acesso e depois temos que andar a reclamar ao A, ao B ou C, e juntam-se "n" carros atrás para vir tirar a areia. Eu não sei quem anda a fiscalizar por parte da Câmara, mas há lá problemas diários. Sobre alguns problemas já falei, já dei uma palavrinha ao Sr. Vereador José Gonçalves, é evidente que o Sr. Vereador mudou de Pelouro e eu não conheço, estou a olhar, suponho que seja a Sr.^a, não conheço a Sr.^a Vereadora, nunca tratei nada com ela, mas sei destes assuntos que estão aqui, estão pendurados dentro da Câmara e na secretária de alguém, sem dar resolução. E tive o cuidado de fazer uma chamada para marcar reunião e há três meses que estou à espera de uma reunião."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.11 - Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara; os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena e António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica para responderem/esclarecerem os Srs. Munícipes.-----

5.11.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queria saudar o povo da Trafaria, agradecer aos Bombeiros Voluntários da Trafaria o seu acolhimento, saudar os Munícipes presentes e agradecer as intervenções. Naturalmente que tomamos nota, eu fui escrevendo, escrevi seis folhas de apontamentos, isso é importante porque a partir daqui quer eu quer os Srs. Vereadores relativamente a questões que tenham que ser vistas com os serviços, iremos obviamente tratar de ver, mas queria deixar desde já algumas notas. Queria dizer à Sr.^a Aida Feiteira que me parece que houve uma atribuição de uma casa a seu pedido, que terá havido da sua parte o interesse em mudar para essa mesma casa e que terá havido a sua manifesta vontade em fazê-lo e assumir reparações que a casa precisava e que não estaria em condições de poder assumir esse realojamento de imediato. Mas o problema que aqui trouxe é que afinal não pode, que não tem meios, que não consegue, tem que se analisar. E portanto, o que é importante é que com os Serviços Municipais de Habitação está aqui o Sr. Vereador Rui Jorge que também tomou nota daquilo que aqui acabou de nos transmitir, e que este problema então seja equacionado e seja visto qual a forma de o resolver.-----

Embora o Sr. Jerónimo não se tenha dirigido à minha pessoa, dirigiu-se à Assembleia e ao Sr. Presidente da Assembleia, de qualquer modo ouvi-o com muita atenção, tem os seus pontos de vista, obviamente cada um de nós tem os seus, respeitáveis. Mas, queria dizer ao Sr. Jerónimo que me parece que está mal informado e se algum dia quiser falar comigo terei todo o gosto em recebe-lo e em conversarmos para que de viva voz o possa ajudar a entender um conjunto de aspectos que refere, mas que não tem o conhecimento e o suporte devido. Os documentos de decisão da Câmara são todos públicos, não há nada que o não seja, portanto isso é uma questão que na Câmara há muito que assim acontece, mas a disponibilidade para falara consigo é que me parece que é o mais importante, penso que não está bem informado relativamente a algumas afirmações que faz, o tempo é curto e obviamente que não tenho condições para rebater uma a uma porque são afirmações que exigem uma abordagem muito ampla aos problemas para que melhor possa entende-los e para que possa ser desmontada a ideia que é trazida.-----

Dizer que em relação a questões como a reabilitação urbana, já agora dir-lhe-ia que sendo um problema do País e é, a Câmara de Almada não tendo alcançado os resultados que gostava de ter alcançado, é verdade, não conseguiu, mas é a terceira Câmara do País, a terceira, temos Lisboa e Porto e temos Almada em terceiro lugar a aplicar o RECRUA. Esta é uma realidade, sendo insuficiente a dimensão da intervenção, mas a aplicação prática do RECRUA no contexto nacional tem a Câmara de Almada em terceiro lugar. Absolutamente insuficiente. Saiu uma Lei no final do ano passado, já estamos há algum tempo a procurar trabalha-la para aproveitar ao máximo algumas oportunidades que parece



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trazer, embora não sendo fácil a sua aplicação prática, mas estamos a trabalhar arduamente para aplicar esse diploma. E dizer que foi feita uma referência a uma colega da Vereação, dizer-lhe que o Plano Plurianual da Câmara tem assumido de uma forma muito substantiva exactamente a reabilitação urbana. Portanto, é um juízo que me parece incorrecto ter sido feito relativamente a esta minha colega.-
Queria deixar nota relativamente às questões da ECALMA, a ECALMA é uma empresa de estacionamento e circulação. O que se pretende é gerir o estacionamento, é trabalhar de modo a que haja mais disponibilidade de espaço para todos podermos viver os locais e a cidade, não foi criada a ECALMA para aplicar multas, foi criada a ECALMA para gerir o estacionamento público, um estacionamento que tem que ter regras e tem que ser usado por todos e naturalmente que nestas matérias como em tudo na vida, se há sinais de alguma insuficiência aqui ou acolá, têm que ser identificados e têm que ser resolvidos. E é por aqui que temos que trabalhar. Portanto, a ECALMA destina-se a fazer bem a todos nós e não a fazer mal. E todos nós temos que viver com regras. É fundamental que existam regras, quando não existe é um problema sério e todos nós estamos também a habituarmo-nos a viver com regras ao nível do estacionamento. Não sendo uma situação simples ela é necessária e onde existirem insuficiências têm que ser corrigidas.-----

Queria dizer que na Quinta da Alegria existe um espaço destinado a visitantes, mas se é insuficiente temos que o analisar e ver se outras soluções de gestão do espaço devem ser introduzidas. Mas existe um espaço destinado a visitantes. De qualquer modo as questões estão registadas o Vereador Rui Jorge também as registou e serão apreciadas.-----

Queria deixar nota de que em relação a esta casa abandonada, por aquilo que aqui nos é trazido relativamente a Santo António é uma preocupação, pois claro. Não conheço a situação mas obviamente que é preciso identificá-la, é preciso se calhar falar com a Voz do Operário, pois se é propriedade da Voz do Operário, temos que perceber, e se, tenho a certeza que se for propriedade da Voz do Operário, se não for apenas, enfim, um azulejo ou uma placa de mármore que ali esteja mas que se corresponder a propriedade da Voz do Operário, tenho a certeza que serão tomadas medidas. Mas mesmo que não seja a Câmara agirá no sentido de, notificando ou pondo editais para se proceder a entaipamento de portas e janelas para que estas situações de degradação humana não aconteçam.-----

Queria deixar a nota que a CostaPolis não está à deriva, existe um Conselho de Administração, existe Director Local, existem técnicos locais, é uma Sociedade de Capitais Públicos, queria deixar nota de que de facto as questões da iluminação pública, a solução é a EDP, mas todos temos naturalmente voz e também a Câmara junto da EDP faz os seus alertas e sobre esta questão também a Junta de Freguesia suponho que o fará. E sobre estas questões temos que continuar a insistir.-----

A Costa tem de facto condições extraordinárias para o surf, não há dúvida que tem.-----
Desconheço esta questão que é trazida relativamente às instalações feitas pelo Polis, mas se há questões a CostaPolis está ali mesmo à mão e está aberta ao diálogo com todas as entidades e estou em crer que o diálogo com a CostaPolis é fácil e serão esclarecidas as questões que por ventura possam existir. O lixo nas praias é problemático nesta época em que as marés vivas acontecem, trazem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

lixo para as praias, nós já andamos a limpar, limpamos mas no dia seguinte volta a estar o lixo nas praias porque tem a ver exactamente com este problema, mas temos que continuar a limpar porque é uma necessidade.-----

Queria deixar nota de que a Câmara não está contra ninguém, a Câmara é a Câmara de todos, tem que ouvir, tem que reflectir e tem que trabalhar para todos e o trabalhar para todos é para todos, não é só para alguns, é para todos. E portanto, as regras de vivência na cidade por vezes são bem aceites por uns, são mal aceites por outros. O que é importante é que nos ouçamos uns aos outros, os contributos construtivos apareçam, e obviamente que sejam considerados e aplicados sempre que tenham em vista e possam permitir melhores resultados para a população.-----

Tenho pena que a Sr.^a Dona Maria da Glória que dá tantos beijinhos por todo o lado nunca me tenha falado do seu problema do RECRIA, mas cá estamos, obrigada pelos beijinhos, obrigada por ter vindo aqui, a nossa Vereadora Amélia Pardal está à sua disposição e com certeza que vamos falar.-----

Depois queria deixar sobre, o direito ao trabalho que é de facto uma reivindicação séria, toda a gente precisa de trabalhar, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa como ex-Vereador, nosso ex-colega, chegou a tratar das questões relacionadas com a venda ambulante, chegou a haver uma identificação de um conjunto de espaços vagos nos mercados tradicionais e ainda existem muitas lojas, possíveis de atribuir às pessoas, portanto não estamos sem condições de dar resposta. Podemos conversar com os Srs., as lojas estão disponíveis, e dar trabalho pode passar por aí, mas vamos continuando a conversar.-----

Queria deixar também nota às pessoas que falaram sobre o transporte para Pêra, portanto em particular à nossa amiga Laurete Reis, que foi ela que de uma forma muito persistente foi à Câmara, às reuniões públicas da Câmara durante vários meses, sensibilizou-nos a todos e o que nós fizemos, nós não somos transportadores. A Câmara Municipal não é uma empresa de transportes colectivos, nós não temos os transportes colectivos rodoviários, ferroviários, metro, etc., existem empresas que têm essa missão, que é naturalmente servir as populações com transportes públicos no nosso Concelho. E o que nós percebemos foi que se nós criássemos uma resposta social entre Pêra, o Núcleo Antigo e a paragem dos autocarros que passa cá em cima, isso era muito bom porque ajudava as pessoas com dificuldades a poderem apanhar o autocarro na paragem cá em cima em Pêra, e o que fizemos e isso está feito, foi com a APPACDM, que é a Associação Portuguesa dos Pais e Amigos das Pessoas Portadoras de Deficiência, fazer um protocolo à semelhança de um outro que já temos de transportar os jovens em idade escolar, jovens deficientes para o ensino público, nós fizemos um protocolo com a Associação, a Câmara já comprou o autocarro, está a ser adaptado porque é preciso, processos de concurso, é preciso fazer a transformação, etc.. Portanto, o que vai haver é uma pequena viatura que fará essa deslocação entre o núcleo lá de baixo e a paragem do autocarro, um vaivém de modo a fazer com que as pessoas tenham acesso ao transporte colectivo. Da mesma maneira que fizemos com os deficientes, estamos a fazer com a APPACDM, em que eles têm a carrinha, têm um apoio financeiro para pagar ao motorista e têm o abastecimento do gasóleo também dado pela Câmara Municipal. Nas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

horas em que a carrinha funcionar para a população tal como acabei de dizer funciona noutros horários que esteja disponível pode também ajudar a própria Associação. Está decidido. É uma garantia. Eu não fui a Pêra fazer campanha eleitoral, não estive em Pêra durante a Campanha Eleitoral. Houve outros meus camaradas que lá estiveram, mas eu não estive em Pêra. Agora, tenho muito presente, muitíssimo bem, o empenho da nossa amiga Laurete, o ter sido da Associação de Moradores, as vezes que lá foi, o termos vindo alguns traze-la mesmo a Pêra para não vir a altas horas da noite de transporte colectivo e quero-lhe dar daqui os parabéns, porque é uma cidadã interveniente, activa, preocupada com os seus concidadãos e isso é muito, muito importante.-----

Queria dizer ao Sr. Florentino que falou de eu ter dito isto e aquilo, não terei dito, terão sido outras pessoas a dizê-lo, de qualquer maneira a Vereadora responsável pelo Urbanismo, é a Vereadora Amélia Pardal com quem pode contactar e acertar o que tiver a acertar. Desconhece a Vereadora qualquer pedido de reunião, não sei a quem é que foi pedido. E também o Vereador José Gonçalves tomou nota daquilo que aqui acabou de nos transmitir. De qualquer modo muito obrigada por ter trazido as questões que trouxe."-----

5.11.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Só duas observações em relação às respostas da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada. Citou o terceiro lugar no País que a Câmara Municipal de Almada tem no RECRUA, não questiono, com certeza estará a falar daquilo que sabe. A verdade é que a Sr.^a Presidente da Câmara não chegou à Presidência da Edilidade agora e portanto o Plano Plurianual que tem, fala agora de facto naquilo que é o Orçamento para este ano, nada dessas boas intenções do Plano Plurianual se reflecte. De toda a maneira dizer não há muitos estudos sobre cidades portuguesas, mas em 2007, na altura em que a Sr.^a Presidente já estava na Câmara Municipal, há muitos anos o Expresso fez uma classificação bastante detalhada, com suporte em técnicos de reconhecido valor e o Município de Almada nas cinquenta cidades estudadas tem, em relação ao critério de qualidade urbanística trinta e cinco pontos em cem, sendo o terceiro pior Município do País, dos estudados. E em relação ao Património tem trinta pontos em cem, colocando-o também no terceiro pior lugar do País. Isto significa que de facto, aliás é mais do que reconhecido, basta olhar para aquilo que foi o Plano Director Municipal e também foi um estudo muito interessante do Instituto Superior Técnico sobre o Plano Director Municipal, aquilo que foi a escolha da Câmara Municipal foi a ocupação urbana, foi a construção, aliás o princípio é muito simples, constrói-se muito, quando se constrói muito recebe-se muito dinheiro em impostos e com o muito dinheiro em impostos consegue-se fazer a propaganda necessária e ganha as eleições seguintes. É este o ciclo em que entramos, é esta a forma de funcionar, é perversa e o retrato que temos do Concelho é este. Portanto o Sr. Jerónimo fala na Corta de Leipzig, a Câmara Municipal de Almada durante décadas tem sido insensível a todos esses aspectos que lá são focados, a preocupação é gerar receitas para poder apresentar uma grande prosperidade material. Depois em relação à ECALMA, porque a resposta não é satisfatória. De facto aquilo, e estou muito à vontade porque o CDS não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aprovou essa empresa municipal, aquilo que caracteriza a actuação da ECALMA é uma actuação absolutamente espúria, contra os cidadãos de bem do Concelho. E portanto isso não é um assunto de se ver. Os funcionários cumprem as ordens que têm, são completamente inflexíveis em muitas situações, têm uma actuação despropositada. Esta ECALMA que parece também ser uma agência de emprego para clientelas partidárias, de facto merece aquilo que os cidadãos fizeram e com todo o gosto digo, associo-me muito bem a essa frase, "Queremos acabar com a ECALMA".-----

5.11.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Deputado como está em novo mandato e com certeza ainda não teve tempo para ler o Regimento pelas tarefas que tem, eu vou ler-lhe o Regimento na parte que tem a ver com o Período da Intervenção dos Cidadãos. Diz o seguinte: "No caso de a Câmara Municipal ou algum Deputado Municipal desejar prestar informações ou esclarecimentos aos Municípes intervenientes, será imediatamente aberto um período destinado a esse fim por tempo global não superior a trinta minutos". A forma e o conteúdo do seu uso da palavra é anti-regimental. Pode falar para prestar esclarecimentos aos Cidadãos e nada mais."-----

5.11.3 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em relação à Sr.^a Munícipe que reside em Santo António é minha vizinha, eu queria dizer a essa nossa freguesa e munícipe, eu também moro na Costa da Caparica há cinquenta e seis anos, que em relação à casa, a casa está devidamente monitorizada. Foi de facto informada a Junta verbalmente e não por escrito, não há uma participação oficial por escrito, conversamos com as Forças de Segurança que neste momento gerem a segurança da Costa da Caparica, a situação está controlada, agora também era bom que as pessoas tivessem a coragem de pôr por escrito porque todos nós sabemos que estas situações escritas têm um valor muito maior do que sejam faladas. Aí o Presidente da Junta não teve medo, deu a cara junto das autoridades e a situação está a ser devidamente controlada, daquilo que sei.-----

Em relação à iluminação pública, é fácil verificar junto quer da Câmara Municipal de Almada, quer junto da EDP, as participações que estão e que se encontram entregues em relação à eliminação da situação referenciada, bem como de outras situações. É verdade que muitas vezes não temos luz durante a noite e durante o dia estão acesos os candeeiros, se calhar para iluminar as plantas e para fazer efeito estufa. De qualquer dos modos também seria importante referenciar que em relação a esta história das iluminações durante muitos anos enquanto não foi construída aquela urbanização junto ao cemitério foi a Junta de Freguesia com a colocação de pontos de luz junto ao cemitério e junto ao caminho que vinha até à Irmanadora que na altura era assim que se dizia, foi feita a custos da Junta de Freguesia, não foi a EDP que era a sua obrigação, mas a verdade a Junta de Freguesia durante muitos anos alimentou electricamente as custas do seu orçamento esse espaço. Portanto a EDP está devidamente informada dessas situações e de facto se não o faz é porque não tem tido capacidade para o fazer. Posso referir



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inclusivamente que na Fonte da Telha há mais de dois meses que andamos a dizer que há uma avaria no circuito no que diz respeito ao novo sistema de iluminarias que colocaram na Fonte da Telha e de facto a EDP ou pelo menos quem fez a obra não tem conseguido resolver o problema, continua a haver assaltos na Fonte da Telha sem que isso possa ser imputado às autarquias como é óbvio e evidente."---

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

6.1 - Para apresentação de Votos de Pesar, usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes (apresentando Voto de Pesar e Homenagem pelo falecimento de Agostinho da Silva Santos); Henrique Carreiras (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando António da Silva Servo); Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Sofia Ferreira) e Ermelinda Toscano (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Fialho), tendo ainda usado da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado.-----

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Voto de Pesar e Homenagem por ocasião do falecimento do Cidadão Agostinho da Silva Santos.-----

Após uma vida exemplar dedicada à comunidade almadense e ao associativismo popular, Agostinho da Silva Santos, Sócio de Mérito da Academia Almadense, Medalha de Ouro de Serviços Distintos dos Bombeiros Portugueses, Medalha de Mérito Distrital do Governo Civil de Setúbal e Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município de Almada, faleceu no passado dia 3 de Março, com 88 anos de idade.-----

Este homem bom, simples e generoso, nasceu em Relvas, no Concelho de Alvaiázere, veio para Almada com 20 anos e toda a sua vida foi um exemplo de cidadania, de solidariedade e de humanismo. Foram intensas, variadas e altamente positivas e exemplares as funções profissionais e associativas exercidas pelo Cidadão Agostinho da Silva Santos.-----

Na Misericórdia de Almada foi escriturário e depois chefe de secretaria.-----

Acompanhou a construção do antigo Hospital e colaborou na sua instalação e montagem. Foi ainda um dos mais directos intervenientes na construção e instalação do Lar Granja Luis Rodrigues, em Costas de Cão. Em 1958 iniciou funções de Mesário - Secretário da Mesa da Misericórdia onde permaneceu até 1974.-----

Em 1951 ingressou nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Almada como Chefe Administrativo.-----

Foi Secretário da Junta de Freguesia de Almada durante 14 anos.-----

Durante 10 anos secretariou a Comissão Municipal de Assistência e, como seu delegado, fez parte da Comissão que dirigiu as Cantinas Escolares nas Escolas Primárias do Concelho. Foi ainda colaborador activo nas Colónias de Férias que funcionaram nas Escolas Primárias da Caparica e Trafaria como representante da Misericórdia.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nos Bombeiros Voluntários de Almada, foi Secretário do Conselho Fiscal, em 1950. Em 1951/2, foi 1º Secretário da Assembleia-Geral. Em 1951 fez parte da Comissão Pró-Sede e colaborou activamente na construção do novo quartel. De 1976 até 1998 foi Vice-Presidente da Direcção.-----

Nos Bombeiros Voluntários de Cacilhas foi Membro do Conselho Fiscal, e nos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere presidiu desde 1974 à respectiva Mesa da Assembleia-Geral, funções que desempenhou durante cerca de 21 anos. Em reconhecimento pela sua acção nos Bombeiros Voluntários foi-lhe conferida a Medalha Grau-Ouro de Serviços Distintos da Liga dos Bombeiros Portugueses.-----

Na Academia Almadense, foi vários anos Vice-Presidente da Assembleia-Geral e fez parte da Comissão que levou a cabo a construção do Cine-Teatro. É sócio de mérito desta prestigiosa associação tendo-lhe sido atribuída uma medalha de prata.-----

No Ginásio Clube do Sul, foi Presidente da Comissão criada para a construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Cova da Piedade e Presidente da Comissão Administrativa empossada em 2007 para enfrentar os graves problemas financeiros que esta Colectividade atravessava e criar as condições necessárias para a sua solução.-----

Na CAPLAS (Organização de Lavoura dos Concelhos de Almada e Seixal), foi Presidente da Direcção durante 14 anos e do Conselho Fiscal durante 6 anos.-----

No Grémio da Lavoura, fez parte do seu Conselho-Geral, e da sua Direcção, durante muitos anos.

Foi membro fundador da Casa do Concelho de Alvaiázere e esteve como Presidente do Conselho Fiscal nos dois primeiros anos e, posteriormente, como 2º Secretário da Assembleia-Geral.-----

Foi colaborador assíduo do Jornal de Almada aquando da sua fundação e correspondente de jornais diários de Lisboa e Porto. Colaborou, ainda, no jornal "O Praia do Sol".-----

A Liga dos Amigos do Instituto de Cardiologia e Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada são duas instituições de interesse público sem fins lucrativos às quais esteve ligado desde a sua fundação como Vice-Presidente da Direcção.-----

Foi, ainda, galardoado em 10/06/1991 com a Medalha de Mérito Distrital por iniciativa do Governo Civil de Setúbal.-----

Em 1997 foi homenageado pelo Rotary Club de Almada, e considerado "A personalidade do ano de 97".

Foi-lhe ainda atribuída a mais alta distinção Rotária com a entrega de um "PULHARRS" e uma salva de prata pela Presidente da Câmara Municipal.-----

Foi, ainda, agraciado pela Câmara Municipal de Almada com a Medalha de Ouro "Mérito e Dedicção", no dia 24 de Junho de 1998, feriado municipal, numa cerimónia incluída no programa de festas da cidade, que representou pública homenagem, no reconhecimento, pelo Município Almadense, pela contribuição de Agostinho da Silva Santos no progresso e modernização da cidade.-----

Fez parte de muitas comissões que levaram a efeito festejos de diversa ordem, nomeadamente, Feiras Populares, Cortejos de Oferendas, etc., etc., etc.-----

Um homem que, embora radicado na Cidade de Almada, sempre nutriu um grande carinho pela sua Terra Natal, com uma ligação permanente, mantendo a sua casa das Relvas.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ao longo de toda a sua vida com enorme espírito de solidariedade esteve sempre pronto a ajudar sem nada pedir em troca, ficando por realizar uma última utopia que o "atormentava" na fase derradeira da vida: a construção de um Centro de Acolhimento em Almada para quem necessitasse de cama e de uma refeição quente.-----

O exemplo de generosidade e amor ao próximo do Cidadão Agostinho Silva Santos não pode ser esquecido. Neste momento de pesar, reconhecimento e homenagem, a Assembleia Municipal de Almada reunida e Sessão Pública no dia 28 de Abril de 2010 enaltece a sublime generosidade, a qualidade humana e a obra do cidadão Agostinho Silva Santos, curva-se saudosa e respeitosamente perante a sua memória, e apresenta aos seus filhos Raul Agostinho e Eduardo Agostinho e demais Familiares enlutados as suas mais sentidas condolências."-----

6.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Carreiras (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando António da Silva Servo.-----

Faleceu no passado dia 22 de Abril com 77 anos de idade, o Chefe da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, Fernando António da Silva Servo.-----

O Chefe Servo como carinhosamente todos o tratavam, era um homem bom, sério e dedicado à causa dos Bombeiros, cujo empenhamento não tinha limites.-----

Como responsável da fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas que é maioritariamente constituída por jovens, muitos deles filhos de famílias carenciadas da zona do Rato – Laranjeiro e zona do Plano Integrado de Almada – Caparica, encontraram na fanfarra e no seu responsável o carinho, a amizade e a compreensão que tanto precisam.-----

Sob o seu comando nenhum jovem ficava entregue a si próprio após os ensaios ou actuações da fanfarra. Nos casos em que os pais não os vinham buscar era ele próprio que os entregava directamente aos pais no seu local de residência.-----

O Chefe Servo, era portador de várias distinções atribuídas pela Câmara Municipal de Almada, Liga dos Bombeiros Portugueses e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas entre outras. Além da sua actividade como bombeiro exerceu ainda o cargo de Presidente do MURPI – Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos do Distrito de Beja, onde se destacou na defesa dos direitos e interesses dos reformados.-----

Fernando António da Silva Servo residia em Pedrógão do Alentejo – Vidigueira de onde se deslocava todas as semanas à 6ª feira, para Cacilhas e de onde saía à 2ª feira, percorrendo por semana cerca de 400 quilómetros, sem nada ganhar, o que revela a dimensão deste homem, a sua dedicação aos outros a sua alegria em dirigir e educar jovens, para a cidadania.-----

O exemplo que o Chefe Servo deixa a todos nós na dedicação à causa dos Bombeiros Portugueses, na defesa do associativismo no amor ao próximo não pode ser esquecido. Neste momento de pesar a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Pública no dia 28 de Abril de 2010, enaltece a sua generosidade e dedicação ao voluntariado, aos Bombeiros Portugueses, Associação dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Bombeiros Voluntários de Cacilhas e ao movimento associativo e apresenta sentidas condolências à sua esposa, filhos, demais família e Bombeiros Voluntários de Cacilhas."-----

6.1.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar pelo falecimento de Sofia Ferreira.-----

No passado dia 22 de Abril faleceu Sofia Ferreira, destacada militante comunista.-----

Sofia Ferreira aderiu ao PCP em 1945 e passou à clandestinidade em 1946 com apenas 24 anos, exercendo tarefas numa tipografia clandestina. Em 1948 assume novas responsabilidades junto ao Secretariado do Comité Central, tendo sido eleita para o Comité Central no V Congresso realizado em 1957, responsabilidade que manteve até 1988.-----

Presa pela primeira vez em 1949 na casa do Luso com Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, Sofia Ferreira voltaria a sofrer a prisão e a tortura em 1959, tendo passado mais de 13 anos nas prisões fascistas.-----

Depois de algum tempo fora do país, Sofia Ferreira regressa em 1969 à luta clandestina assumindo e desempenhando várias tarefas de responsabilidade, primeiro na Organização Regional de Setúbal, seguindo-se outras regiões do país, mantendo-se na clandestinidade até ao 25 de Abril de 1974.-----

Após o 25 de Abril, a actividade política, de mais esta figura maior da resistência ao fascismo, foi até ao dia do seu falecimento, com 87 anos, de entrega total à causa dos ideais do PCP, isto é à luta pela democracia, a liberdade e o socialismo.-----

Sofia Ferreira é um exemplo da acção e luta dos comunistas portugueses antes e depois do 25 de Abril e igualmente um exemplo de mulher corajosa, determinada mas simultaneamente de uma grande afectividade, amiga e de uma enorme generosidade na relação humana que estabelecia, sobretudo com os mais jovens.-----

Num tempo em que se procura branquear o odioso regime fascista, não podemos deixar de evocar a vida de Sofia Ferreira, o seu inestimável contributo para lhe pôr fim e homenagear a sua memória.-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida em 28 de Abril de 2010 endereça à família de Sofia Ferreira, particularmente às suas irmãs, Mercedes e Georgette Ferreira, também elas militantes comunistas, lutadoras coerentes contra o fascismo e fortemente empenhadas nas lutas em defesa das conquistas de Abril as suas mais sentidas condolências."-----

6.1.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Fialho.-----

Jorge Fialho nasceu em Lisboa a 17 de Maio de 1949 mas, ainda criança, veio viver com os pais para a Trafaria. Frequentou o Externato Frei Luís de Sousa e estudou na Escola Emídio Navarro, em Almada. Fez teatro amador na Academia e na Incrível Almadense.-----

Desde muito jovem que Jorge Fialho se mostrou interessado pela vida do seu país tendo participado activamente nos movimentos estudantis contra o Estado Novo.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desde sempre que Jorge Fialho se mostrou fascinado pela arte de representar, mas era na poesia que residia a sua paixão, considerando-se a si próprio, como costumava dizer aos amigos, um poeta. Declamava poesia com tanta emoção (o seu único dom, gostava de afirmar) que muitos o comparavam a João Villaret. Mas a música foi, também, um dos seus muitos interesses, mostrando-se um exímio tocador de bateria e outras percussões.-----

Viveu o Maio de 1968 em Paris onde participou em diversas manifestações de rua. Regressado a Portugal em 1969, por razões políticas e culturais acabou por sair, definitivamente, nesse mesmo ano, tendo emigrado para a Escócia onde foi aceite como refugiado político.-----

Por isso, foi no estrangeiro que Jorge Fialho acabou fazendo a sua formação académica tendo frequentado o Curso de Coreografia e Mímica na Academia de Teatro de Génève (em 1970) e o Curso de Vídeo - Técnicas de luz, som, imagem e produção da High School de Londres (1982) e a Licenciatura em História na Universidade de North London (1990).-----

Encenou o "New Peoples Theatre Group" tendo participado no Festival Internacional de Edimburgo com uma peça de sua autoria: a The New Man Person.-----

Formou e dirigiu a "Companhia Independente de Produção de Vídeos – Freedom to Travel" tendo produzido e realizado diversos filmes, entre eles o Freedom to Travel in Barcelona para as Olimpíadas de 1992.-----

Já como um conceituado realizador de cinema e reputado coreógrafo, Jorge Fialho regressa a Portugal em 1993.-----

Da sua vasta obra cinematográfica apresentamos as mais conhecidas e emblemáticas:-----

- Vida de Luísa Tody (1990);-----
- Palmela e a Festa das Vindimas (1996);-----
- Roteiro de Cozinha e Vinhos Típicos de Portugal (1997);-----
- Lisboa à Descoberta, com música de Rão Kyao (1999);-----
- História Oficial do Futebol Clube do Porto 1893-2000 (1999);-----
- Fátima Altar do Mundo – História e Mensagem (2000);-----
- Guia das Cidades do Futebol – Portugal (2004);-----
- A História de Calouste Gulbenkian (2006);-----
- A história dos CTT (2009);-----
- Geoparque NATURTEJO (2009).-----

Aos 61 anos de idade, Jorge Fialho acaba de falecer no dia que mais amava: o 25 de Abril. Homem das artes, dedicou a sua vida às suas paixões: o teatro, o cinema e vídeo, e a poesia, contribuindo para engrandecer o património cultural do nosso concelho e do país.-----

Neste momento de luto e pesar, a Assembleia Municipal de Almada presta-lhe a justa homenagem e apresenta sentidas condolências à esposa, filhos e restante família."-----

6.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Só queria solidarizar-me em particular com a Moção do Chefe Servo que era uma pessoa que eu tive oportunidade de conhecer, dos outros não conhecia, mas este conhecia e realmente aquilo que vem na Moção é a realidade e era um grande homem que deu muito aos Bombeiros de Cacilhas, deu muito à Fanfarras dos Bombeiros de Cacilhas e durante muitos e muitos anos acompanhou muitas gerações. Eu próprio tive oportunidade de estar com ele e era realmente um grande homem que fazia um sacrifício enorme para vir à nossa Freguesia e acompanhar a Fanfarras. E como sempre infelizmente os bons homens também partem e é o caso."-----

6.2 - Verificado o quórum passou-se à votação dos documentos.-----

6.2.1 - O Voto de Pesar e Homenagem pelo falecimento de Agostinho da Silva Santos, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes, foi aprovado por unanimidade.-----

6.2.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando António da Silva Servo, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Henrique Carreiras, foi aprovado por unanimidade.-----

6.2.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Sofia Ferreira, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU), foi aprovado por unanimidade.-----

6.2.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Fialho, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE), foi aprovado por unanimidade.-----

6.2.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.-----

6.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Diminuição de frequência das carreiras dos TST); Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação Por uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação sobre Instalação da Loja do Cidadão em Almada); Ricardo Louçã (apresentando Moção/Deliberação sobre 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores); Armado Barata (apresentando Moção/Deliberação sobre Celebrar 25 de Abril e 1º de Maio de 2010); Ana Salvado (apresentando Moção sobre 1º de Maio e 25 de Abril); Cristina Coelho (apresentando Moção/Deliberação sobre programa Polis da Costa da Caparica); António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (apresentando Moção/Deliberação sobre Programa Polis); Armando Barata (apresentando Moção/Deliberação sobre Transporte Inclusivo em Almada - Uma Aposta a Generalizar!); António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (apresentando Moção/Deliberação sobre Deposição de Areias nas Praias da Caparica); Ermelinda Toscano (apresentando Moção/Deliberação sobre Despedimento Colectivo na AMARSUL); Henrique Pires (apresentando Moção/Deliberação sobre "O PEC e as privatizações), Sérgio Bastos e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

6.3.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre Diminuição de frequência das carreiras dos TST.-----

O operador Transporte Sul do Tejo, TST, continua a fazer "ajustamentos" nos horários das carreiras por si operadas, que resultam em diminuição das suas frequências com graves prejuízos para os utentes da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

margem sul, nomeadamente do concelho de Almada e não consentânea com as necessidades actuais, nomeadamente, dos trabalhadores, por força da desregulamentação dos horários de trabalho, no acesso das populações aos serviços públicos e do seu direito ao lazer e cultura.-----

Para além disso, procedem igualmente a alterações nos percursos, como por exemplo, nas ligações existentes a partir do Concelho de Almada para o Areeiro e Cidade Universitária e regresso, agora via Alcântara, aumentando o tempo que os utentes gastam nas suas deslocações e piorando as já degradadas condições de comodidade, regularidade e eficiência na oferta do serviço público de transportes das populações.-----

Esta realidade tem merecido a denúncia pública e o crescente protesto dos utentes junto dos órgãos de comunicação social e da Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul.-----

Por outro lado é absolutamente urgente a actualização das coroas geográficas que servem de referência para determinar os preços dos passes sociais e a obrigatoriedade da sua aceitação por todos os operadores.-----

De facto não é aceitável que o Estado, que contratualiza com um operador privado a prestação de um serviço público fundamental para o cumprimento do direito à mobilidade, não actue, através dos organismos por Si tutelados, IMTT e Autoridade Metropolitana de Transportes, para exigir qualidade, eficiência, regularidade do serviço prestado pelos operadores privados sem custos adicionais para os utentes.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Abril delibera:-----

Solicitar ao MOPTC que diligencie para a resolução destes problemas que afectam a vida das populações do Concelho de Almada.-----

Recomendar à CMA que, no âmbito das suas relações com o Poder Central incentive à melhoria do serviço prestado aos utentes dos transportes da Margem Sul."-----

6.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação - Por uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada.-----

- a) Considerando a enorme importância da defesa e modernização dos serviços da Administração Pública, com mais qualidade, mais eficiência e mais próximos das populações do Concelho de Almada, bem como de todos os cidadãos que a este Concelho se deslocam diariamente para estudar ou trabalhar;-----
- b) Considerando todas as potencialidades e melhorias que a esse nível podem resultar da instalação de uma Loja do Cidadão no Concelho de Almada, objectivo que desde 2003 vem motivando deliberações desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, com iniciativas, contactos e propostas concretas, sucessivamente apresentadas junto do Governo;-----
- c) Considerando a disponibilidade expressa e reiteradamente apresentada pelo Município de Almada junto do Governo – disponibilidade essa que nunca foi interrompida nem retirada neste processo;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- d) Considerando que a Câmara Municipal de Almada manifestou concretamente ao Encarregado de Missão da “Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração” junto da Presidência do Conselho de Ministros que, não dispondo o Município de instalações próprias que possa disponibilizar, por estarem todas ocupadas pelos serviços, está inclusivamente disponível para, em parceria, contribuir para a sua viabilização;-----
- e) Considerando que, na sequência da reunião realizada a 03-03-2010, entre a Presidente da Câmara Municipal de Almada e o Encarregado de Missão da “Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração”, a Câmara Municipal desenvolveu as diligências solicitadas pela Estrutura de Missão com vista ao apuramento das características físicas das instalações do Centro Comercial M. Bica – apontado pelo Município de Almada como hipótese prioritária para instalar a Loja do Cidadão;-
- f) Considerando que a Estrutura de Missão, informada a 19-03-2010 sobre as características dessas instalações, oficiou a 31-03-2010 a Câmara Municipal de Almada, tendo aquela estrutura do Poder Central afirmado que «... após recepção das plantas com cortes do espaço proposto “Centro Comercial M. Bica”, procedemos à análise técnica, tendo verificado que não é viável instalar a Loja do Cidadão neste espaço por não permitir cumprir a legislação em vigor ao nível do pé-direito» - excluindo assim a possibilidade de se adoptar aquela solução;-----
- g) Considerando que tem vindo a ser identificada uma possível opção alternativa para a localização da Loja do Cidadão, com a hipótese de utilização do edifício devoluto, com mais de 5000 m2, propriedade da EDP/Energia de Portugal, sito na Rua Bernardo Francisco da Costa – colocando-se a possibilidade da instalação da Loja do Cidadão assumido como “espaço âncora” da futura e plena utilização daquele edifício;-----
- h) Considerando que a EDP é uma sociedade participada pelo Estado Português – que é aliás accionista de referência da empresa – e que, enquanto instituição, esta pode e deve assumir um papel que não seja o de manter serviços encerrados e prédios devolutos no centro de uma cidade;---
- A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária nos dias 28 e 29 de Abril de 2010, delibera:-----
1. Registrar o facto de ter sido determinado, por parte da “Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração” junto da Presidência do Conselho de Ministros, que «não é viável instalar a Loja do Cidadão neste espaço [Centro Comercial M. Bica] por não permitir cumprir a legislação em vigor ao nível do pé-direito»;-----
 2. Pronunciar-se pela máxima importância e necessidade, a manter-se inviável a opção "Centro Comercial M Bica", de serem criadas as condições com vista à utilização do edifício actualmente devoluto, propriedade da EDP/Energia de Portugal, sito na Rua Bernardo Francisco da Costa, como opção alternativa para a localização da Loja do Cidadão no Concelho de Almada, recorrendo o Governo se necessário ao direito que lhe dá ser proprietário de cerca de 30% do capital social da EDP;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Reiterar a sua plena disponibilidade do Município de Almada para prosseguir a intervenção em defesa da instalação de uma Loja do Cidadão, reafirmando um permanente, real e duradouro espírito de cooperação para a concretização deste projecto no nosso Concelho."-----

6.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores.-----

Cumprem-se 120 anos das comemorações sobre a luta dos trabalhadores de Chicago pelas 8 horas de trabalho diário. A violência da repressão, associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.----

Em Portugal, as relações capital/trabalho têm-se vindo a desequilibrar a favor do capital. A política de baixos salários, o desemprego, o trabalho precário, o fim dos contratos colectivos, a perseguição de activistas Sindicais visando a fragilização dos sindicatos e das Comissões de Trabalhadores nos locais de trabalho são exemplo disso.-----

A pretexto do défice e da crise económica internacional, o Governo repete a velha fórmula da política de direita, e vai pôr uma vez mais os trabalhadores a pagar a factura, enquanto o capital financeiro, grande responsável por essa crise, acumula fortunas colossais.-----

Os trabalhadores portugueses enfrentam ataques aos seus direitos e à sua dignidade, numa dimensão nunca vista desde o 25 de Abril de 1974. As consequências desta política ao serviço do capital e do neoliberalismo são evidentes: mais pobreza, mais desemprego, menos salário, menos reformas, destruição do sector produtivo, desregulamentação dos horários e contratos de trabalho, o aumento do custo de vida.-----

É um imperativo nacional romper com este rumo. É necessária uma acção política que previna e trave a destruição de postos de trabalho, que trave as privatizações, que combata as deslocalizações, que estimule a criação de postos de trabalho através do investimento público e desenvolva o sector produtivo nacional.-----

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Abril de 2010 delibera:-----

- Apelar a todos os trabalhadores portugueses que se mobilizem para as acções de luta convocadas para o dia 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores.-----

- Exigir uma política que aposte fortemente num sector público capaz de responder às necessidades do País, capaz de desenvolver, dinamizar e influenciar uma economia ao serviço de todo o Povo português.-----

- Exigir uma política que defenda efectivamente os interesses dos trabalhadores e do País, que nos coloque de novo num caminho de justiça e progresso social."-----

6.3.4 - O Sr. Deputado Municipal Armando Barata (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação - Celebrar 25 de Abril e 1º de Maio de 2010.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No passado dia 25 de Abril, comemorou-se o 36º aniversário de uma data gloriosa da nossa História.----
O “Segredo” de Abril está nos “Homens” de uma força inabalável que conceberam e levaram por diante esse “Projecto”. Eles conheciam o seu próprio poder para influenciar o “Universo” que ansiava pela “Liberdade”. A sua fé, o seu “querer” foram a “causa maior” da evolução e resolução desse Projecto.-----
Saude-mo-los.!....-----

A Democracia foi implantada, uma nova “Era” começou; Desejada pela maior parte dos Portugueses mas nem por todos compreendida. Muitos usaram a Liberdade que adquiriram para anularem, completamente, os valores pelos quais se regem todos os verdadeiros democratas.-----

Quando não nos respeitamos a nós próprios ou não respeitamos o nosso semelhante, mantemos à distância, aquilo que queremos e pelo qual lutamos.-----

O verdadeiro Espírito da Democracia é a consciência dela Própria”.-----

Posicionemo-nos na consciência do momento que vivemos na altura em que foi despoletada a “Revolução dos Cravos”; sem lutas, sem sangue, só euforia e. Esperança num futuro melhor, para Nós e para os Nossos Filhos.-----

Passados todos estes anos, há ainda muito a percorrer; muita Esperança e “Euforia” ficaram pelo caminho... Culpa dos “Homens” (os senhores do poder) não souberam ou não quiseram interpretar a palavra Democracia!... - Não percamos a pouca Esperança que resta e continuemos a festejar Abril!-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 28 e 29 de Abril de 2010 em sessão ordinária saúda todos os Cidadãos e Cidadãs deste Concelho pela grande contribuição dada no desenvolvimento da “Nossa Terra” e continuação do Regime Democrático.-----

Viva o 25 de Abril! Viva Almada! Viva Portugal!”-----

6.3.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção - 1º de Maio.-----

Todos reconhecemos a importância histórica da instituição do Dia Mundial em favor do trabalho e dos trabalhadores, em favor do acesso a direitos e, em contrapartida, a deveres por parte dos empregadores e do próprio Estado.-----

Todos sabemos como em Portugal as comemorações deste dia foram duramente reprimidas durante quase 50 anos. E como, mais do que a negação das comemorações, no Estado corporativo do regime autoritário, então vigente, apenas uma pequena parte da população activa tinha direito, por exemplo, a férias, acesso a sistemas de pensões, subsídios de doença e outras regalias. A base universal destes direitos só foi conquistada logo após o surgimento de um Estado Democrático em 1974 e nos anos seguintes.-----

O atraso que Portugal sofreu quanto à maturação de um Estado Providencia ainda hoje tem reflexos, na medida em que continuamos a sentir necessidade de colmatar décadas de uma protecção social praticamente inexistente. Um exemplo claro destes reflexos foi a criação, ainda recente, do complemento solidário para idosos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não é, pois, demais frisar que o reconhecimento simbólico desta luta e dos direitos sociais a ela associados foi uma conquista. E um passo determinante, de grande alcance, para o progresso social e político de sociedades que são hoje as mais desenvolvidas do mundo, seja em termos económicos seja em termos de desenvolvimento humano, como o mostram inúmeros indicadores económicos e sociais.-- Em Portugal, a comemoração nacional deste feriado esteve no quarto dos fundos durante as quase cinco décadas de ditadura de Salazar e Caetano. A restauração das comemorações deste dia, e a sua consagração como feriado nacional no seguimento imediato da revolução de 25 de Abril de 1974 foram e continuam hoje a ser datas marcantes para se sublinhar e celebrar todas as conquistas, no plano do desenvolvimento económico e social e dos direitos sociais. O moderno Estado Providência que se desenvolveu em Portugal nas décadas subsequentes veio firmar um conjunto de valores e de direitos como pilares importantes do bem-estar dos cidadãos, da coesão social e de um Estado democrático e solidário numa economia de mercado: nomeadamente, a criação de um sistema de saúde tendencialmente gratuito e universal, a criação de um sistema não contributivo de protecção social, no plano dos direitos laborais, o sindicalismo livre e plural e a sua importância cada vez mais presente e concreta no plano da concertação social em momentos chave da introdução de políticas que afectam a generalidade da classe trabalhadora, a distribuição do bem-estar e o modelo de desenvolvimento do país.-----

Atendendo a estes pressupostos que se encontram firmados na lei e no espírito dos agentes políticos, económicos e dos cidadãos em geral, o grupo municipal do PS entende ser importante sublinhar a actualidade do 1º de Maio. E associar a esta data uma breve reflexão sobre os tempos presentes no que toca à evolução da situação económica e social vividas a nível local e nacional.-----

Antes de mais é importante reconhecer a necessidade de, no quadro dos compromissos nacionais perante a União Europeia, implementar um Plano de Estabilidade e Crescimento que, de forma responsável e sustentada, promova medidas que diminuam o actual défice (9,3%) das contas públicas para 8,3% do PIB já em 2010. Sobre as razões deste défice, convém não esquecer que este foi condicionado pela propagação dos efeitos da crise, nomeadamente a quebra das receitas do Estado e pelas medidas de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias que foram tomadas de forma atempada no âmbito da Iniciativa para o Investimento e Emprego no final de 2008 e que significaram um estímulo adicional para a economia de 2180 milhões de euros (cerca de 1,25% do PIB), dos quais 1300 milhões de euros foram financiados directamente pelo Orçamento do Estado em 2009.-----

Neste sentido, a acção governamental foi importante para minorar os impactos da crise global, porque se em 2008 e 2009 não tivesse havido esta almofada, certamente que estaríamos numa situação bastante mais gravosa. Aliás, isso mesmo é reconhecido pelas instâncias internacionais, que apontam Portugal como um dos países que reagiu à crise de modo mais atempado.-----

No entanto, era inevitável que o esforço adicional do Estado se reflectisse nas contas públicas, obrigando a um PEC com medidas corajosas e difíceis.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O processo de redução do défice actual irá ser trabalhado até 2013, esperando-se que nessa data seja de 2,8% do PIB. Para isso o Plano aprovado e aceite pela Comissão Europeia, prevê, tal como tem vindo a ser feito desde 2005, atingir estes objectivos com o contributo de diminuir o défice em 3,5% do PIB mediante duas linhas de força: por um lado, redução da despesa pública e em 2.7 p.p e aumento das receitas por via de um amplo programa de privatizações e receita fiscal representando 0.8 p.p.-----

Perante este cenário prospectivo de melhoria do saldo das nossas contas públicas, é importante perceber até que ponto as políticas locais também podem ser solidárias com estes objectivos. Em face da crise financeira, económica e social a nível mundial, é urgente que as tomadas de posição sejam colectivas, e o plano local não se poderá alhear do contexto nacional, Só assim poderemos ser uma parte da solução dos problemas identificados e que apontam para a necessidade de rigor orçamental e, em muitos casos, contenção das despesas públicas centrais e locais, dado que quase todas as rubricas referentes às despesas merecem um cuidado apurado, nomeadamente nas despesas com pessoal, despesas de consumo intermédio, com juros e capitais deverão ser objecto de cortes significativos.----- Em Almada, o poder executivo também deverá atender a estes princípios, dado que, como o povo costuma dizer, a factura aplica-se mesmo a todos, e este plano tem pelo menos um mérito indesmentível: a distribuição por diferentes sectores sociais dos esforços inerentes ao processo de consolidação.-----

Reconhecer que a Administração Local deve também assumir uma posição clara quanto a um dos objectivos plasmados no PEC e que está sustentado no princípio de competitividade e emprego, é outra esfera de acção que devemos apurar e seguir com atenção. O lançamento da Iniciativa Emprego 2010, centrada em três objectivos: 1) manutenção do emprego; 2) inserção de jovens no mercado de trabalho e 3) criação de emprego e combate ao desemprego têm que ser objecto de capitalização pelo poder local através dos gabinetes de inserção local que também estão disponíveis nas autarquias, para além dos centros de emprego. Esta iniciativa, com um leque bastante alargado de medidas, importa que seja divulgada e conhecida por todos os agentes, empregadores, desempregados, jovens, associações sem fins lucrativos, e tantos outros. O poder local, em particular em Almada, pode aqui desempenhar um papel importante e apelamos a que o executivo municipal não se demita destes objectivos por razões de política partidária, ou outras. O concelho de Almada tem problemas significativos ao nível do emprego e neste momento seria incompreensível que não houvesse da parte da CMA um forte investimento em iniciativas concretas neste âmbito.-----

Os canais informativos deverão ser postos ao serviço desta iniciativa para que possamos, com consciência tranquila, criticar ou aplaudir as opções que foram tomadas, e os seus resultados. De outro modo, seremos parte do problema e não da solução, e os interesses das pessoas e do Concelho devem sobrepor-se a outras questões.-----

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio não são, para nós, apenas a invocação ritual de datas históricas. Nem é admissível que se tornem apenas pretextos para a difusão de capitais de queixa e negativismo. Têm também de ser ocasiões de reflexão e de convocação de todos para a acção



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

criadora, empenhada, positiva e construtiva – como o foram em 1974. Em nome do bem comum e em particular daqueles que mais precisam, esta é a melhor maneira de defender e prolongar no futuro o legado destas lutas." Assim apresenta-se o seguinte documento para votação:-----

Moção – 1º de Maio.-----

Em 1889 foi criado, em Paris, o Dia Mundial do Trabalhador na sequência das lutas dos movimentos operários que se batiam pelos direitos dos trabalhadores no quadro das profundas mudanças económicas e sociais operadas pelo capitalismo no Ocidente. O reconhecimento simbólico desta luta e dos direitos sociais a ela associados foi uma conquista e mais um passo, de grande alcance, para o progresso social e político.-----

Em Portugal, a comemoração nacional deste feriado esteve no quarto dos fundos durante as quase cinco décadas de ditadura de Salazar e Caetano. A restauração das comemorações deste dia, e a sua consagração como feriado nacional no seguimento imediato da revolução de 25 de Abril de 1974, foram e continuam hoje a ser datas marcantes para se sublinhar e celebrar todas as conquistas, no plano do desenvolvimento económico e social e dos direitos sociais, que o moderno Estado Providência que se desenvolveu em Portugal nas décadas subsequentes veio firmar como pilares importantes do bem-estar dos cidadãos, da coesão social e de um Estado democrático e solidário numa economia de mercado.

Atendendo a que no próximo dia 1 de Maio de 2010 se comemoram 36 anos desde a restauração da comemoração livre e ininterrupta desta importante data, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, delibera:-----

- Reconhecer a necessidade de, no quadro dos compromissos nacionais perante a União Europeia, implementar um Plano de Estabilidade e Crescimento que, de forma responsável e sustentada, implemente medidas que diminuam o actual défice das contas públicas, ditado pelas medidas extraordinárias e atempadas que, desde os finais de 2008, foram tomadas junto das famílias e empresas para minorar os efeitos de uma crise global sem precedentes e vieram a ter, necessariamente, um forte impacto na quebra da receita fiscal;-----
- Sublinhar a importância de, em face da crise financeira, económica e social a nível mundial, haver uma tomada de posição colectiva, e também local, para que todos possamos de forma activa e construtiva ser uma parte da solução dos problemas identificados e que apontam para a necessidade de rigor orçamental e, em muitos casos, contenção das despesas públicas centrais e locais;-----
- Reconhecer que a Administração Local deve também assumir uma posição clara quanto a um dos objectivos plasmados no PEC e que está sustentado no princípio de competitividade e emprego;-----
- Alertar para a necessidade de, em tempos de uma crise económica e social global, não perder de vista a necessidade de todos os instrumentos de política pública, central e local, terem de assumir como objectivo não apenas a consolidação das contas públicas mas também a recuperação dos índices económicos e de competitividade e, não menos importante, o papel do Estado-Providência também nas questões decisivas da coesão social e do bem-estar das classes médias, dos trabalhadores, dos jovens e dos mais desfavorecidos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Enviar esta moção aos órgãos de soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República e Grupos Parlamentares, Governo;-----
- Proceder à divulgação desta moção através dos meios desta Assembleia Municipal."-----

6.3.6 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----
Esclarecer que a Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado fez uma intervenção e o que vamos votar é o texto que foi distribuído. Houve um texto distribuído, esse texto é o texto que é submetido a votação, a Sr.^a Deputada Municipal para dar força à sua Moção resolveu fazer uma intervenção e foi aquilo que aconteceu. Está tudo nos conformes."-----

6.3.7 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu não estou de acordo com esta situação. Porque? Porque esta Assembleia Municipal é pública. Nós temos Munícipes nesta sala que merecem todo o nosso respeito e os Munícipes que estão nesta sala não têm conhecimento do teor da Moção que foi distribuída aos Deputados Municipais. Lamento muito, gostei muito de ouvir a intervenção, não está isso em causa, mas a Moção que foi distribuída aos Deputados Municipais deve ser lida para que os Munícipes presentes tenham conhecimento da Moção que vai ser votada. O precedente que nós abrimos aqui, já no anterior Mandato, tem a ver com a possibilidade de caso exista um número de Moções muito grande, que a Moção não seja lida na integra, isto é completamente novo, ou seja, nós estamos aqui a abrir um precedente que eu não digo que seja errado ou seja correcto, temos que falar sobre ele, que é de todos os Grupos Municipais aqui presentes possam fazer intervenções a sustentar as Moções, mas a população não sabe o que é que se está a tratar. Nós vamos votar as Moções não é esta intervenção. Peço desculpa, mas acho que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa da Assembleia e todos os Deputados deviam reflectir sobre isto."-----

6.3.8 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----
Mas a Mesa por unanimidade está de acordo com aquilo que eu disse e o que é que eu disse? É que a Sr.^a Deputada fez uma intervenção, é escrita mas podia nem ser escrita, podia ser de improviso, para sustentar a Moção que foi distribuída. O que vamos votar é a Moção que foi distribuída aos Eleitos. O que aconteceu tem assento regimental. Podemos voltar ao assunto, mas não vamos agora debate-lo."--

6.3.9 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
O Sr. Deputado do Bloco não se pronunciou sobre a Moção que está a apresentar agora, ele pronunciou-se sobre um aspecto da condução da Assembleia e relativamente a esse aspecto e pergunto ao Sr. Presidente se não posso também dar a minha contribuição?"-----

6.3.10 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É precisamente porque ele se pronunciou relativamente à condução da Assembleia que do ponto de vista regimental tem o nome de uma interpelação à Mesa, e a interpelação não tem discussão. Foi dada a resposta da Mesa que é suficiente."-----

6.3.11 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Então anuncio que me pronunciarei sobre esta Moção do Bloco de Esquerda logo que me for possível."-

6.3.12 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre Instalação da Loja do Cidadão em Almada.-----

A instalação de uma Loja do Cidadão no concelho de Almada, cujo processo teve início em 2003, tem sofrido sucessivos adiamentos, não obstante as solicitações das populações e pronúncias da Assembleia Municipal, cujo desfecho permanece ainda por esclarecer.-----

Ao longo dos anos, diversas comunicações foram sendo trocadas entre a Administração Central e a Câmara Municipal de Almada, conhecendo-se a intenção de integrar na Loja do Cidadão diversos serviços públicos, designadamente, a Autoridade para as Condições do Trabalho, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, o Instituto da Segurança Social e o Instituto dos Registos e Notariado, bem como garantir a prestação de serviços da ADSE, Caixa Geral de Aposentações, Direcção Geral do Consumidor e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, mediante Balcão Multi Serviços.--- Para a instalação deste serviço de atendimento ao público foram indicados, em 2007, pela Câmara Municipal de Almada três locais: edifício sito na Rua Bernardo Francisco da Costa, onde funcionou a EDP, imóvel das Estradas de Portugal na Avenida D. Nuno Álvares Pereira e o Centro Comercial M. Bica, com espaço disponível superior a 1.500 m².-----

De 2007 até hoje passaram 3 anos.-----

No dia 7 do corrente mês a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração, deu a conhecer o resultado da avaliação efectuada ao espaço do Centro Comercial M. Bica, conforme ofício EML2G 027/RM, de 31/03/2010, cujo parecer passamos a citar: "após recepção das plantas com cortes do espaço proposto "Centro Comercial M. Bica", procedemos à análise técnica, tendo verificado que não é viável instalar a loja do Cidadão neste espaço por não permitir cumprir a legislação em vigor ao nível do pé-direito".-----

"As instalações têm uma altura entre pisos de 3,40 m, mas como o espaço mínimo para a passagem das infra-estruturas de AVAC, ITED, Electricidade é de 0,60 m, resultaria uma Loja com pé-direito de 2,80 m, o que contraria os 3 m, exigidos pelo artº 2º, da Portaria nº 987/93, de 06 de Outubro e artº 65, do RGEU".-----

"Face ao exposto não nos resta outra alternativa que não seja dar por concluído o processo de avaliação do espaço proposto por V. Exas. para a instalação da Loja do Cidadão" (fim de citação).-----

Ora o que acontece e consideramos estranho, que da leitura do citado artº 65, do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) resulte a seguinte interpretação " Nos tectos com vigas, inclinados,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

abobadados ou, em geral, contendo superfícies salientes, a altura piso a piso e ou o pé-direito mínimo devem ser mantidos, pelo menos, em 80% da superfície do tecto, admitindo-se na superfície restante que o pé-direito livre possa descer até ao mínimo de 2,20m ou de 2,70 m, respectivamente, nos casos de habitação e de comércio". Ora no citado centro comercial a medida encontrada depois da colocação de um tecto falso é de 2,80 m, mais 10 cm do que a medida indicada no Artº 65 do RGEU.-----

A Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração, cujo mandato termina no dia 15 de Maio, (conforme resolução do Conselho de Ministros nº 87/2008) vem em final de mandato, analisar a medida do pé-direito do Centro Comercial, chegando à conclusão definitiva, de dar por concluído o processo de avaliação do espaço M. Bica, sem no entanto observar, todo o articulado do artº 65, do RGEU referido.--

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 28 e 29 de Abril de 2010, manifesta a sua perplexidade perante esta situação e delibera:-----

- 1 - Reclamar das Entidades competentes a cabal explicação sobre este assunto.-----
- 2 - Apelar à Câmara Municipal de Almada que insista junto da AMA (Agência para a Modernização Administrativa) para que seja reavaliada esta situação de modo a obter informação, sobre qual o plano real, das intenções de trazer a Loja do Cidadão para Almada".-----

A parte deliberativa sofreu alterações no decorrer do debate, apresentadas ou aceitas pelos proponentes da Moção, pelo que o texto final para votação foi o seguinte:-----

Reclamar junto da AMA (Agência para a Modernização Administrativa) para que seja reavaliada esta situação de modo a obter informação, sobre qual o plano real, das intenções de trazer a Loja do Cidadão para Almada.-----

6.3.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre Programa Polis da Costa da Caparica.-----

Considerando que o principal objectivo dos Programas Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções nas vertentes urbanísticas e ambiental.-----

Considerando que o Programa Polis da Costa da Caparica promove o reordenamento urbano e a requalificação ambiental de uma vasta área ao longo da faixa atlântica do Concelho de Almada.-----

Considerando que o Programa Polis da Costa da Caparica potencia a revitalização do sistema urbano, económico e social, afirmando-se como um pilar para esta reestruturação, e consequente desenvolvimento do Concelho de Almada, Região de Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa.-----

Considerando que a Sociedade CostaPolis, entidade responsável pela gestão e coordenação desta programa, por despacho Conjunto do Sr. Ministro das Finanças e do Sr. Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, termina a sua vigência em 31.12.2010, ou seja, no final do corrente ano; e que o Programa Polis da Costa da Caparica, em todas as suas intervenções programadas, deverá estar concluído até 31.12.2011.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando os atrasos verificados ao nível da execução do Programa Polis da Costa da Caparica, que se prendem essencialmente com a morosidade relacionada com a elaboração e aprovação dos Planos de Pormenor, atrasos pelos quais a Sociedade CostaPolis não é responsável.-----

Considerando o significativo património que a Sociedade CostaPolis possui, destinado ao investimento do Programa Polis e dado a forte crise económica que se vive, não facilita a alienação de terrenos; A concretizar-se, esta situação traduziria-se no desbaratamento do património pelos seus baixos valores.-

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Abril de 2010 no salão dos Bombeiros Voluntários da Trafaria delibera:-----

1. Reiterar a necessidade de assegurar a realização do Programa Polis da Costa da Caparica na íntegra, concretizando toda a Intervenção aprovada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Estratégico.-----
2. Considerar absolutamente necessário que o Governo através da Sr.^a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território e o Sr. Ministro das Finanças prorogue o prazo de vigência da Sociedade da Costa Polis de forma a assegurar a plena execução do Plano Estratégico da Costa da Caparica.---
3. Reclamar do Estado Português a viabilização de fontes de financiamento que possibilitem a total concretização do Programa Polis da Costa da Caparica, nomeadamente, através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) ou autorizando a Sociedade CostaPolis a recorrer ao crédito bancário com hipoteca dos terrenos que esta Sociedade possui actualmente e que se destinam à alienação."-----

6.3.14 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós recebemos todas as Moções e de facto recebemos duas Moções, uma delas que vai ser apresentada agora sobre a chancela da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e assinadas pelo Presidente do Executivo, Presidente da Junta António Neves. Nós queríamos saber por uma questão de curiosidade é se o Regimento prevê que os Presidentes de Junta tenham um tempo específico, mas ainda assim a grelha de tempos está distribuída pelo Partido, e portanto nós assumimos isto como sendo Moções do PSD."-----

6.3.15 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Uma pequena referência à minha querida amiga Dr.^a Margarida, sabe que tem sido um dos meus cavalos de batalha, é os tempos dados aos Presidentes de Junta ou não dados aos Presidentes de Junta sobre estas matérias e portanto terei sempre que me submeter à decisão das maiorias, democraticamente e como foi neste Regimento deliberado que os Presidentes de Junta continuassem a utilizar da palavra dentro dos seus Grupos Parlamentares assim o continuarei a fazer democraticamente, respeitando as decisões das maiorias que é assim que tem que se estar na vida.-----
Sobre esta matéria e sobre o Programa Polis, quero dizer que o vou fazer por uma questão de dignidade para com a Costa da Caparica, para com os Presidentes de Junta, mas irei subscrever e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

votar a Moção que foi proposta anteriormente pela CDU, porque está bem elaborada, serve a toda a gente, Concelho de Almada, não é ofensiva, não é agressiva, defende os interesses de todos nós, porque o que está aqui em questão é a Costa da Caparica, é o Concelho de Almada e não interesses pessoais ou partidários. Contudo não quero deixar de referir o sentimento daquilo que nos vem na alma porque de facto o Polis por quem quer que seja, e todos os Grupos Parlamentares aqui representados pelos menos da CDU, do PS e do PSD, segundo as últimas notícias saídas na Comunicação Social comungam deste mesmo sentimento, não está a ser devidamente acompanhado, não está a ser devidamente implementado, há qualquer coisa aqui que está a falhar.-----

Diria citando o Sr. Vereador Paulo Pedroso que está ausente, mas também nada que o possa indignar e nunca o faria, até porque sou amigo pessoal do Sr., dizia ainda há dias que de facto o financiamento não é o mais correcto, o financiamento do Polis da Costa da Caparica não será o mais correcto para que os trabalhos se continuem a desenvolver.-----

Então passo a ler aquilo que seria esta Moção e que depois abdicarei dela para subscrever e votar aquela que foi anteriormente lida.-----

Moção sobre Polis da Costa da Caparica.-----

Limitamo-nos a apresentar as loas de uns e as preocupações de um “porteiro” de freguesia que calculava no que iria dar o POLIS da Costa da Caparica, porém, era do conhecimento de quem se encontrava dentro do processo que os financiamentos comunitários seriam escassos para este programa, em primeiro lugar porque a Costa da Caparica encontra-se territorialmente inserida na zona da Grande Lisboa e Vale do Tejo, zona onde o IV Quadro Comunitário de Apoio (leia-se QREN), não irá absorver os fluidos comunitários que seriam desejáveis, em segundo lugar. Todos nós sabíamos das vicissitudes que enfermava o Projecto Inicial do POLIS da Costa da Caparica e finalmente, todos nós sabíamos e muitos não queriam ver, que o financiamento só seria possível através da alienação patrimonial, mas, deixemo-nos destas pequenas coisas e passemos à realidade dos factos, sem, porém, compreendermos a situação incómoda em que se sentirão certamente e disso temos a certeza, dos autarcas do Partido Socialista, sejam vereadores, deputados municipais ou até mesmo membros da Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica ou dirigentes concelhios e distritais, é que, todas estas estruturas do PSD, em tempo, sentiram o mesmo desconforto até que, o Governo liderado por Pedro Santana Lopes, decidiu vir para o terreno implementar o programa acima referenciado.-----

...não vale a pena abanar a cabeça Sr.^a Dr.^a porque todos nós sabemos que não houve, o que é que se passou? Foi aquele como podia ter sido o outro anterior. Não foi porque havia problemas graves de questão orçamental, não estavam devidamente salvaguardados, e portanto todos este percurso tem sido uma cesariana com fórceps e não sabemos como é que irá acabar. Eu estou a dizer isto de propósito, é que é um parto tão difícil que o Programa Polis da Costa da Caparica nós não iremos saber como é que há-de acabar. Portanto eu sei o que estou a dizer, vamos cá estar para ver...-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Na verdade, do programa POLIS, nem novas nem mandadas, na verdade, nunca mais, desde há pelo menos 18 meses, foram realizadas ou convocadas reuniões da Comissão de Acompanhamento criada para o respectivo programa.-----

Os trabalhos encontram-se parados desde Março de 2009 e não se prevê ou pelo menos se vislumbra uma data para o avanço dos mesmos.-----

2013, data mencionada num passeio efectuado no passeio marítimo (leia-se paredão ou defesa aderente da orla costeira) pelos então responsáveis do Conselho de Administração da Sociedade COSTAPOLIS, parece ser um objectivo difícil de alcançar, não queremos, porque não queremos todos nós, os da Costa da Caparica, acreditar que estamos perante um excelente exemplar de “elefante branco” de obra pública, exigimos informação, exigimos resposta, exigimos obra, agora o que se pede também a este parlamento municipal e que, delibere:-----

1) Exigir do Governo da República, através da respectiva tutela, resposta concreta às expectativas criadas na população da Costa da Caparica e nos milhares de visitantes sobre os trabalhos a desenvolver no futuro imediato no âmbito do programa supra;-----

2) Solicitar ao Conselho de Administração da Sociedade COSTAPOLIS (que não sabemos se existe), de uma reunião urgente, em sede de Comissão de Acompanhamento para informação, esclarecimento e ponto de situação sobre as actividades a desenvolver no âmbito deste mesmo programa."-----

6.3.16 - O Sr. Deputado Municipal Armando Barata (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre Transporte Inclusivo em Almada - Uma Aposta a Generalizar!-----

A Autarquia de Almada criou o projecto “Flexibus”, uma iniciativa que visa assegurar um serviço de mobilidade inclusiva destinado à população idosa e/ou com maiores dificuldades de mobilidade, crianças e jovens, tendo por isso um objectivo eminentemente social.-----

Um bom projecto, que deve ser apoiado por todos, onde há que realçar este objectivo central, não desvirtuando nunca este fim último que é o assegurar de igualdade de oportunidades e a capacidade da Autarquia ajudar a criar melhores condições de vida e vivência quotidiana a muitos Almadenses que de outra maneira estariam mais excluídos e diminuídos.-----

O Projecto Flexibus foi pensado para a zona de Almada Velha e uma pequena parte da freguesia de Cacilhas, e tem à disposição 2 mini-autocarros eléctricos que assegurarão este serviço de transporte inclusivo.-----

Este é um projecto que visa criar oportunidades e por isso faz sentido que esta experiência não fique por aqui, pois Almada tem 11 freguesias onde há população que merece esta mesma atenção e o mesmo tipo de apoio.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 28 e 29 de Abril de 2010, delibera:-----

Recomendar à Câmara Municipal que estude e planeie a extensão do projecto Flexibus, mesmo que com outro tipo de meios de transporte, a todas as freguesias do Concelho de Almada.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Entretanto no decorrer do debate a parte deliberativa sofreu alterações, apresentadas ou aceites pelos proponentes da Moção, pelo que o texto final do nº 2 a submeter à votação é o seguinte:-----

Recomendar à Câmara Municipal que no âmbito dos trabalhos do plano de mobilidade a desenvolver pelo Município para todo o Concelho, em articulação com o plano de deslocações urbanas a desenvolver pela Autoridade Metropolitana de Transportes, seja considerada a vertente do transporte inclusivo".-----

6.3.17 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção deliberação - "O Barulho da Areia".-----

Dos previstos três milhões de metros cúbicos de areia para a defesa costeira da Costa da Caparica, até à data foram colocados 2,5 milhões do volume inicialmente previsto.-----

Não discutindo o faseamento da obra ("deveria ter sido de uma só vez" Professor Dr. Veloso Gomes, in Seminário - Figueira da Foz); não discutindo os "timings" em que a mesma foi depositada (em plena época alta a cair para o mês de Outubro); não discutindo os resultados das monitorizações feitas até Maio de 2009, parece que tudo se encontra programado para que os restantes 500.000 m³ desta fase de outras fases certamente necessárias para a sustentabilidade da linha de Costa, sejam depositadas em tempo.-----

O Inverno foi violento, de certeza que no "sistema" não estão lá todas as areias até à data depositadas, de certeza e com muita certeza o "silêncio" do mar faz estragos substantivos na defesa aderente, nos esporões e invadiu o que já tinha invadido há dois anos atrás.-----

Assim e tendo em consideração que pouco ou nada se sabe da situação presente relativa à deposição de areias na Costa da Caparica a Assembleia Municipal de Almada reunida em 28 e 29 de Abril de 2010, delibera:-----

- 1) Solicitar ao INAG que informe dos procedimentos e desenvolvimento do concurso público para a colocação de areias nas praias da Cidade da Costa da Caparica no ano de 2010, assim como as acções e obras para os anos seguintes.-----
- 2) Solicitar ao Governo Civil de Setúbal na qualidade de Presidente da Comissão de Acompanhamento da Intervenção na Costa da Caparica que convoque uma reunião da referida Comissão para informações sobre o andamento dos trabalhos."-----

6.3.18 - A Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre Despedimento Colectivo na AMARSUL.-----

1. Considerando que à AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de Março, foi atribuída a concessão de exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos da Margem Sul do Tejo, em nove concelhos da Península de Setúbal, por um período de 25 anos;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Tendo em conta que o capital social da empresa é eminentemente público, 51% pertence à EGF – Empresa Geral de Fomento (detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.) e 49% pelos municípios inseridos na área de actuação (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal);-----
3. Reconhecendo que a estrutura accionista da AdP – Águas de Portugal é composta pela “A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA” (72,178%), “Parcaixa, SGPS, SA” (empresa criada pela PARPÚBLICA e pela Caixa Geral de Depósitos) (9,000%) e Direcção Geral do Tesouro (8,822%);-----
4. Asseverando que a AMARSUL entrou com um processo de despedimento colectivo de 3 trabalhadoras e 6 trabalhadores, alegadamente por motivos de desactivação da unidade de triagem de Palmela e entrada em funcionamento da nova unidade do Seixal e seu maior grau de automatização;-----
5. Salientando que, no âmbito da denúncia apresentada pelo STAL – Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais, mais de 95% das trabalhadoras e trabalhadores visados no processo de despedimento colectivo apresenta uma idade superior a 60 anos, pelo que a situação de desemprego assume proporções gravíssimas;-----
6. Tendo em consideração as declarações do administrador executivo da empresa, Vítor Martins, a diversos órgãos da comunicação social, admitindo que a extinção dos postos de trabalho advém somente da «reconversão tecnológica» da empresa, cujos novos equipamentos a introduzir «não necessitam de tanta mão-de-obra como a actual»;-----
7. Admitindo que os despedimentos advindos do plano de reconversão tecnológica em curso contrariam a promessa do anterior Conselho de Administração e lançam a dúvida se terão sido analisadas todas as formas de reconversão empresarial com vista à reinserção de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores, seja através da sua integração na futura unidade do Seixal, seja mediante a sua requalificação profissional e manutenção dos postos de trabalho;-----
8. Lembrando que de acordo com último Relatório e Contas disponível para consulta (2008), a AMARSUL apresentou um lucro no valor de 2,16 milhões de euros, desconhecendo-se quaisquer razões económico-financeiras que justifiquem a ausência de integração de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores actuais da empresa;-----
9. Ressalvando que a Constituição da República Portuguesa define como tarefa fundamental do Estado «promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo (...), bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais (...), mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais» [alínea d) do artigo 9.º], pelo que, para assegurar o direito ao trabalho, cabe ao Estado «a execução de políticas de pleno emprego» [alínea a) do número 2 do artigo 58.º];-----
10. Entendendo que numa empresa pública a sobreposição de interesses económico-financeiros sobre a protecção das trabalhadoras e trabalhadores é inaceitável, sendo responsabilidade dos seus accionistas o cabal cumprimento dos direitos constitucionais mencionados.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária de 28 e 29 de Abril de 2010, delibera:--

1. Repudiar o despedimento colectivo de trabalhadores na AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., situação inaceitável numa empresa de capitais públicos e cujos lucros ascenderam a 2,16 milhões de euros em 2008.-----
2. Requerer à Câmara Municipal de Almada que informe esta Assembleia Municipal sobre o plano em curso de reestruturação da AMARSUL, bem como as medidas que pretende adoptar junto do Conselho de Administração da empresa no sentido da manutenção de todos os postos de trabalho actuais". -----

Entretanto no decorrer do debate a parte deliberativa sofreu alterações, apresentadas ou aceites pelos proponentes da Moção, pelo que o texto final do nº 2 a submeter à votação é o seguinte:-----

- 2 - Requerer à Câmara Municipal de Almada que solicite informação à Administração da AMARSUL e informe esta Assembleia Municipal sobre o plano de reestruturação em curso da AMARSUL, bem como indique as medidas que pretende adoptar junto do Conselho de Administração da empresa no sentido da manutenção de todos os postos de trabalho actuais."-----

6.3.19 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Pires (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Deliberação sobre "O PEC e as privatizações".-----

Acabámos de comemorar o 36º aniversário da Revolução que, a 25 de Abril de 1974, encheu de esperança muitas e muitos portugueses, instaurando a democracia e pondo fim a uma longa ditadura de quase 50 anos.-----

Passadas quase quatro décadas sobre essa madrugada, dizer que "é preciso cumprir Abril", não é apenas mais um lugar-comum. Apesar do desenvolvimento económico e social que se verificou a partir daí, a verdade é que devido às sucessivas políticas levadas a cabo pelos diversos governos, o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior e o número de famílias a viver abaixo do limiar da pobreza não pára de crescer. Os mais de 570 mil desempregados (que, por si só, representam mais de 10% da população activa em Portugal) são uma das consequências mais evidentes destas políticas.-----

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) com que agora somos confrontados é um plano centrado numa política de redução do défice que é socialmente injusto. Trata-se de um programa que ao ser aplicado, vai agravar os índices de pobreza e desigualdade social, devido aos cortes nas prestações sociais, diminuir as condições de vida de quem trabalha, como é caso do congelamento de salários na administração pública, e aumentar a precariedade.-----

Para reduzir o défice até 2013, o PEC propõe ainda um pacote de privatizações que retirará ao Estado os instrumentos económicos necessários para o desenvolvimento do país. Ao pretender privatizar empresas como os CTT, os seguros da CGD ou as participações na REN, EDP e GALP, o governo não olha a meios para atingir os fins. São conhecidos os resultados positivos destas empresas, ficamos a perceber que com a venda das suas participações o Estado perde mais do que aquilo que ganha com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

todo o pacote de privatizações, ficando longe de compensar o que Estado perde todos os anos em receitas com estas empresas. (Vão-se os anéis e os dedos).-----

O governo pretende entregar ao sector privado aquilo que até agora eram monopólios públicos, como é caso dos transportes ferroviários ou os CTT. Dir-nos-ão que é para “haver concorrência”, que é para “prestar melhores serviços”. Mas os investidores privados apenas estão interessados naquilo que é rentável. No fundo, aquilo que o governo pretende é promover a substituição de monopólios públicos por monopólios privados, ou seja, dar a alguns, aquilo que é de todos, em nome de todos, mas só para benefício de alguns.-----

As consequências destas privatizações vão ser desastrosas para o nosso País, para o seu desenvolvimento económico e muito contribuem para a degradação do serviço público.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 28 e 29 de Abril de 2010, delibera:-----

1. Manifestar a sua oposição às medidas socialmente gravosas constantes do PEC;-----
2. Manifestar a sua oposição ao pacote de privatizações previsto no PEC;-----
3. Repudiar a intenção do governo retirar do controlo público os sectores da economia em que existem monopólios naturais, ou que tenham uma função estratégica (energia, seguros, transportes) ou social fundamental (CTT).-----

6.3.20 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É só um esclarecimento, nós temos uma Moção que realmente foi entregue depois da hora, é uma coisa muito rápida é do interesse de todos. O que eu pedia ao Sr. Presidente é se ela podia ser rapidamente, em quinze segundos apresentada que eu faço isso em quinze segundos. O Sr. Presidente pedia à Assembleia se a aceitava e depois obviamente a Moção seria votada. Era isso que eu pedia, se fosse possível."-----

6.3.21 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----
Sr. Deputado, apresentar pode apresentar que é tempo, depois vai fazer o favor de me informar do resultado das démarches que entretanto e dos procedimentos que resolveu encetar, dizendo-me se houve unanimidade da Assembleia para que a sua Moção seja apresentada e apreciada.-----

6.3.22 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu pedia-vos, só para vos esclarecer, se me permitem eu rapidamente lia isto, são quinze segundos e depois vocês vão perceber o assunto e provavelmente vão compreender e vai haver unanimidade, senão eu explico o que é, e como pretenderem. Isto foi um assunto que só entrou depois da hora.-----
Moção sobre Estado de conservação do IC-20.-----

O IC-20 ou via rápida da Costa da Caparica como popularmente é conhecida esta via fundamental do nosso Concelho, tem ao longo dos anos sido alvo de uma enorme falta de manutenção por parte das



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estradas de Portugal, entidade pública responsável pela sua conservação. Nos últimos tempos e devido ao muito mal estado do pavimento e das sucessivas avarias do sistema de iluminação têm piorado as condições de segurança para os utentes desta via com consequências graves para todos, sendo um perigo para a segurança rodoviária a circulação em certos troços do IC.-----

Nos últimos tempos têm havido situações de rebentamento de pneus e despistas que resultam quase sempre em graves acidentes que colocam em causa a integridade física dos condutores e acompanhantes. sabemos que esta estrada está incluída na Concessão Baixo-Tejo e que a responsabilidade deste itinerário vai passar para essa entidade, no entanto é necessário agir neste momento e no presente para colmatar e resolver temporariamente as falhas até à repavimentação total da via, como tal a Assembleia Municipal de Almada reunida em Abril de 2010 delibera:-----

- Exigir junto das estradas de Portugal e da Concessão Baixo-Tejo que procedam de imediato e com carácter de urgência aos arranjos necessários no IC-20 até ao arranjo total da via.-----
- Que assegurem as condições essenciais de segurança e circulação rodoviária para os milhares utentes que diariamente circulam nesta via estruturante e fundamental do Concelho de Almada."-----

6.3.23 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu pedi a palavra não do ponto de vista do debate das Moções, mas sobre a condução dos trabalhos e organização do nosso funcionamento. Nós temos a opinião sobre esta Moção, eu não a vou dar agora, é irrelevante. O que nesta altura nós queremos sublinhar é que o Regimento e a formalidade dos trabalhos, na organização dos trabalhos da Assembleia Municipal servem para garantir que os direitos de todos são respeitados. Não só das maiorias como das minorias e aquilo que acabou de acontecer, um Deputado Municipal de um Grupo Municipal apresentar uma proposta de Moção/Deliberação que não foi entregue e não foi apresentada nos termos do Regimento é algo que nós podemos fazer na próxima Sessão com um número de deliberações que entendermos necessário, com os assuntos que entendermos relevantes tendo em conta e como eu digo, não vou referir-me ao conteúdo da Moção, mas percebemos todos sobre a urgência e o carácter de última hora do que aqui apareceu, ou da falta de carácter de última hora.-----

Independentemente de haver aqui a eventual possibilidade que se poderia colocar em cima da mesa dos vários Grupos Municipais darem o seu consentimento a que tal ou tal proposta de Moção fosse apresentada, o que está a acontecer é uma proposta que é apresentada quando o Grupo Municipal já não tem tempo, quando não foi apresentada aos Grupos Políticos no devido momento regimentalmente previsto, e estamos a furar o Regimento e ainda agora o aprovámos. E portanto neste sentido Sr. Presidente os precedentes não se declaram, abrem-se ou não se abrem. E portanto não podemos dizer que o que acabou de acontecer não é precedente porque acabou de acontecer e para a próxima nós podemos dizer que queremos fazer a mesma coisa, nós dizemos é que não queremos ir por aí. E é um mau princípio para o trabalho desta Assembleia se na próxima Sessão da Assembleia Municipal no Período de Antes da Ordem do Dia a CDU trazer três ou quatro propostas de Moção nos mesmíssimos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

termos que acabou de acontecer. Portanto, eu queria deixar este alerta para o Sr. Presidente e para os Srs. Deputados Municipais sem em nada pôr em causa do assunto e do conteúdo que aqui acabámos de ouvir, não se trata do tempo que aqui estamos, se for preciso ficarmos aqui mais um bocado ficamos, até um bocadinho mais tarde, não é esse o problema, é como é que nós nos organizamos no funcionamento desta Assembleia, e esta é a preocupação que queríamos aqui sublinhar."-----

6.3.24 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----
O nosso Regimento, ele explica tudo parece-me, e diz assim o Regimento: nº 8, do artigo 40º - Os texto sobre outros assuntos considerados pelos proponentes urgentes que sejam apresentados à Mesa da Assembleia até ao início da Sessão, e foi, só serão apreciados e votados nessa Sessão se obtiverem o consenso dos Grupos Municipais. Diz também o nº 10º - A apreciação e votação dos documentos que não tiverem o consenso referido no ponto anterior, transitam automaticamente para a Sessão seguinte. E por isso mesmo é que eu disse ao Sr. Deputado Municipal que a utilização do tempo podia utilizá-lo e utilizou, mas disse ainda que entretanto vai encetar os procedimentos que julga oportunos para obter a unanimidade da Assembleia. É o que está no Regimento."-----

6.3.25 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
De facto a única necessidade de prolongarmos um bocadinho este ponto, é para sabermos no futuro como é que nos organizamos, por isso é que eu peço um pouco mais de tempo sobre isto. Não estou a dizer que a gente faça isto, mas com essa lógica e com esta interpretação do Regimento Sr. Presidente o que poderia acontecer é que na próxima Assembleia Municipal nós poderíamos, na próxima Sessão Ordinária nós poderíamos surpreender todos os outros Srs. Deputados Municipais com três ou quatro ou cinco propostas de Moção, entregues à última hora, lidas ao microfone e depois começar a perguntar se havia acordo para apreciar. Salvo melhor opinião a apreciação inclui a leitura de uma proposta de Moção, salvo melhor opinião apreciação inclui a leitura, no limite isto pode ser discutível e digamos, apreciamos depois de ouvir mas isto significa que a carga política de um documento que é lido e apresentado à Assembleia e depois haver o encargo sobre os Deputados dizerem se estão ou não de acordo que ele seja discutido é em si mesmo um elemento de contradição e debate político que está a ser feito à margem, eu não sei se da letra mas pelo menos do espírito da organização dos trabalhos que transparece neste Regimento que nós temos em funcionamento. Eu não querendo entrar em polémica e não querendo entrar em contradição com a interpretação que é feita pela Mesa, deixo este alerta porque podendo estar a querer abrir um alçapão quando a porta foi fechada."-----

6.3.26 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----
Eu não estou a interpretar nada, eu estou a ler o que diz o Regimento. É só isso, não vale a pena. A Mesa não dirá a um Deputado Municipal desde que ele tenha tempo, não, não fale sobre isso. Não vale



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a pena estarmos agora a discutir sobre isto, temos a Reunião de Representantes para dirimir estas questões, é o melhor. Não há interpretação, há leitura daquilo que diz o nosso Regimento."-----

6.3.27 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu vinha aqui pronunciar-me sobre a Moção apresentada pela CDU sobre o Programa Polis da Costa da Caparica. O Partido Socialista partilha das preocupações dos restantes Grupos Parlamentares aqui representados quanto ao futuro do Polis da Costa. Mas em relação a esta proposta em concreto temos duas ou três observações que julgamos pertinentes fazer para a sua avaliação. Em primeiro lugar, no que diz respeito à questão do financiamento, julgamos que quem faz esta proposta não conhece os Regulamentos do QREN, ou seja, os Regulamentos do QREN impedem o financiamento do Polis da Costa da Caparica, não por vontade do Governo da República porque assim o entenda, mas pura e simplesmente porque os fundos comunitários disponíveis para a Região de Lisboa e Vale do Tejo estão dependentes de um Regulamento dos Fundos Comunitários que é aprovado na União Europeia. Portanto, as regras do jogo que definem a distribuição dos Fundos Comunitários não são ditadas pelo Governo, são ditadas pela União Europeia. E portanto, e tem regras claras, tem regras que tem a ver com o pib per capita de diferentes regiões quer em Portugal, quer nos outros países, mas no caso concreto de Portugal a distribuição dos fundos é feita com pib per capita acontece que a Região de Lisboa e Vale do Tejo é das Regiões que tem um pib per capita superior à média nacional e portanto tem muito menos fundos disponíveis para este tipo de programas. E portanto, não percebemos como é que é apresentada uma proposta que pretende alterar os Regulamentos Comunitários. Se a aprovação desta proposta aqui na Assembleia Municipal permitisse que a União Europeia alterasse as regras em vigor o Partido Socialista não tem o mínimo problema de votar a favor na esperança de que nós consigamos mudar efectivamente a legislação comunitária no que diz respeito à distribuição e à aprovação de fundos comunitários. Outra questão que nos levanta aqui alguma surpresa tem a ver com a questão dos terrenos do Polis, que é dito que para o Estado autorizar a Sociedade CostaPolis a recorrer a crédito bancário mediante a hipoteca dos terrenos da Sociedade Polis. Ora, o que é que nós vemos aqui? O PS verifica que nesta questão da hipoteca dos terrenos da Sociedade Polis, há uma alteração clara naquilo que têm sido as orientações quer da Câmara, quer da Sr.^a Presidente da Câmara, no que diz respeito à gestão da Câmara. Vamos por partes. Sempre foi apanágio, foi divulgado pela Câmara Municipal e dito pela Câmara Municipal, a Sr.^a Presidente que a Câmara fazia uma gestão que tinha muito a ver com o aforro, com a poupança, com a gestão de excelência que fazia das contas públicas e não é isso que está aqui neste momento em causa. Ora, o que é que nós temos verificado neste Mandato em concreto? Em primeiro lugar verificou-se que o saldo de gerência que tinha sido inflacionado através de vendas de terrenos que nunca se vieram a verificar tem vindo a diminuir. Em segundo lugar, o endividamento da Câmara Municipal de Almada também tem vindo a aumentar como prova o facto de virmos aqui hoje discutir nesta Assembleia um segundo empréstimo camarário deste Mandato. Em terceiro lugar, no que diz respeito à hipoteca dos terrenos da CostaPolis que é um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

património do Município de Almada esta solução é tida como a viabilização dos problemas financeiros do Polis quando nós julgamos que os problemas do Polis da Costa da Caparica não se remediam meramente via hipoteca dos terrenos da Costa. São mais graves, são problemas mais amplos e que merecem uma solução integrada e de outro género. Aliás os terrenos que foram postos recentemente em hasta pública foram terrenos da CostaPolis que foram postos duas vezes em hasta pública, não tiveram como sabem resultado. Portanto, registamos que há aqui uma mudança de actuação que julgamos que está ligado ao facto de estarmos neste Mandato, a Sr.^a Presidente querer terminar o Polis dentro deste Mandato, uma obra importante para si e para a CDU, e registamos assim que antes havia a poupança, o aforro, a excelência na gestão das contas, verificamos agora, há uma diminuição do saldo de gerência, a Câmara promove o aumento do endividamento, e por outro lado a Câmara parece agora ver como solução também para os problemas a hipoteca dos terrenos da Costa da Caparica como solução para este problema."-----

6.3.28 - A Sr.^a Presidente da Câmara:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Duas ou três palavras. Eu começava já sobre esta intervenção do Sr. Deputado Sérgio Bastos, eu não consegui perceber, porque não está em discussão o Relatório e Contas, a gestão da Câmara, estamos a falar da Sociedade CostaPolis, a Sociedade CostaPolis desde o princípio que o Plano de Desenvolvimento Estratégico tinha identificadas as fontes de financiamento e as fontes de financiamento eram o Capital Social realizado pela Câmara e pelo Governo. Eram os Fundos Comunitários afectos à operação e era a receita resultante da venda de terrenos. Portanto, estas eram as três fontes de financiamento do Programa Polis da Costa da Caparica. Portanto, gasto que tem sido os Fundos Comunitários, o capital social da própria Sociedade, temos aqui necessidade de continuar a fazer a operação, a concretizar a operação, é preciso dinheiro e portanto se é preciso dinheiro o que a proposta aqui apresentada refere e não é mais do que nós também, e penso que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal terá, como é seu costume, divulgado a correspondência aos Srs. Deputados Municipais, não é mais nem menos do que aquilo que nós colocamos à Sr.^a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território e das Cidades, que é, ou há possibilidade de haver Fundos Comunitários, ninguém está a dizer que tem que ser, ou há Fundos Comunitários ou há, porque é difícil vender bem os terrenos que têm um valor e um valor importante, ou se quer vendê-los é preciso realizar por antecipação receita. E é possível de acordo com as regras que todos conhecemos, a CostaPolis e não a Câmara naturalmente, solicitar um empréstimo bancário como garantia hipotecária. Terrenos que têm um valor devidamente identificado, que no próprio Plano de Desenvolvimento Estratégico está lá a identificação dessa fonte de financiamento, e portanto é preciso continuar a operação, há recursos que vendidos financiam a operação e o que se pretende é, e bem, que haja a possibilidade de recurso ao crédito com garantia hipotecária. É muito simples, é isto e desta maneira continuar a operação. Por outro lado, é importante que também a Sociedade CostaPolis seja prorrogada. Também foi colocado já à Sr.^a Ministra do Ambiente, Ordenamento do Território e das Cidades. Portanto, é uma proposta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

construtiva que toda a gente parece que está obviamente empenhada em que este Plano de Desenvolvimento da Costa da Caparica aconteça, se concretize por inteiro e não é uma questão da Presidente da Câmara ou da Câmara. Eu penso que todos temos presente que este é de facto um desígnio municipal, salvo eventualmente uma honrosa excepção, mas é também uma questão assumida pelo Governo. Começou pelo Governo do Partido Socialista, com o actual Primeiro Ministro que como todos nos lembramos, subscrevemos em conjunto em 2001 um contrato e o Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Costa da Caparica, foi aprovado por unanimidade na Assembleia, sempre tem sido aprovado por unanimidade na Assembleia, nomeadamente a Reprogramação e portanto certamente que o Governo da República estará empenhado em levar até ao fim este Plano em todas as suas dimensões. É preciso tempo e é preciso continuar e também é importante referir isto, numa situação de crise como aí está, com problemas de desemprego, problemas de falta de trabalho para o ganha-pão das famílias, é importante prosseguir com esta operação. E portanto é simples, é uma decisão como já foi tomada anteriormente de prorrogar a vida da Sociedade por um lado, e de autorizar o recurso ao crédito como garantia hipotecária por outro. Não sendo possível e não ponho em dúvida o que o Sr. Deputado disse, não sendo possível carrear alguns Fundos Comunitários para esta operação, acredito perfeitamente que não seja, agora o pôr como nota, a sugestão de avaliar não me parece mal e sobretudo uma proposta com possibilidades de concretização que é o recurso ao crédito com garantia hipotecária. Depois, eu também queria deixar nota de que em relação à questão da alimentação artificial das praias, queria partilhar aqui convosco que obviamente nos preocupamos com esta questão. Eu dirigi ao Sr. Governador do Distrito de Setúbal uma carta, mudou o Governador Civil e portanto tomei a iniciativa de lhe lembrar e admito que não terá presente este assunto, da necessidade de ter em conta o Despacho publicado no Diário da República em 2007, Despacho este assinado pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, na altura o Secretário de Estado João Ferrão, que constitui, por proposta da própria Assembleia Municipal, decidiu por este Despacho que seria constituída uma Comissão de Acompanhamento às obras de alimentação artificial das praias, presidida exactamente pelo Sr. Governador Civil. Eu mandei isto no principio do mês de Abril, porque também me estava a preocupar o não saber nada sobre a evolução deste processo, até porque a candidatura feita ao Quadro de Referência Estratégica Nacional, onde está prevista a concretização da terceira fase da intervenção de enchimento artificial das praias durante o ano de 2010, está lá e portanto nós não temos informação. Era importante alertar para a necessidade de reunir a Comissão e é o Sr. Governador Civil que diligenciará a vinda do INAG e das restantes entidades a esta reunião da Comissão. Depois também compreendo a pertinência das preocupações nomeadamente no que diz respeito à Loja do Cidadão. Eu não entendo, e peço desculpa, esta questão do BE de reclamar das entidades competentes a cabal explicação sobre este assunto, não sei quais são as entidades, tenho alguma dúvida sobre isto. E por outro lado apelar à Câmara que insista junto da AMA, com todo o respeito, aliás já está mais correspondência do lado de lá e o que é mais importante é prosseguirmos com este processo de uma forma concertada, conjugada e pró-activa de modo a que isto não tenha



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

impedimentos sucessivos. Agora, eu penso que a Assembleia Municipal ao tomar a sua posição deve remete-la à AMA. O meu ponto de vista, pela parte da Câmara assim que a resposta veio oficiámos a Administração do Centro Comercial Bica, dando-lhe conhecimento, informando as pessoas, aliás porque esta proposta no Centro Comercial Bica tinha partido exactamente dos comerciantes do Centro em 2005. Foram os comerciantes do Centro Comercial Bica que fizeram a primeira proposta de instalação da loja no Centro. E de facto, passaram cinco anos para se concluir que afinal há um pé direito, enfim não quero entrar nisso. Mas isso está. É a resposta que está dada, explicações podem ser pedidas directamente pela Assembleia. Nós queremos é andar para a frente e o andar para a frente passa realmente pela posição que é proposta pela CDU aqui. Ou seja, se isto não é possível vamos partir, se de facto não for, também está escrito, não se está a dizer que não é em absoluto, mas a mim parece-me que o reclamar das entidades competentes, não sei quais são, e por outro lado o apelar à Câmara, penso que não é preciso, porque a Câmara já está em acção e já está novamente com o processo, penso que o chamar a atenção da AMA é que talvez fizesse sentido. Peço desculpa de me intrometer, mas queria contribuir construtivamente para a discussão."-----

7 - Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal por unanimidade decidiu interromper os trabalhos e continuar o Período de Antes da Ordem do Dia na reunião de amanhã dia 29 de Abril de 2010.-----

8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal); Sandra Carvalho (Lusa) Fernando Fitas (Notícias de Almada) e de setenta e três Srs. Munícipes.-----

9 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria Amélia de Jesus Pardal; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias e Helena Maria Gomes Oliveira.-----

10 - Foi aprovada a Minuta da Acta.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H40 do dia 29 de Abril de 2010.-----

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____